



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS SOBRAL
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

ROBERTA DE FÁTIMA ROCHA SOUSA

**“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: A INVISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA
SOFRIDA PELA MULHER QUE SE PROSTITUI NA CIDADE DE SOBRAL/CE.**

SOBRAL-CE
2024

ROBERTA DE FÁTIMA ROCHA SOUSA

“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: A INVISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA
PELA MULHER QUE SE PROSTITUI NA CIDADE DE SOBRAL/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, campus Sobral, como requisito para obtenção do título de Mestra em Psicologia e Políticas Públicas. Área de Concentração: Clínica, Saúde e Políticas Públicas.

Orientadora: Dr.^a Juliana Vieira Sampaio.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S698“ Sousa, Roberta de Fátima Rocha.
“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: A INVISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA
PELA
MULHER QUE SE PROSTITUI NA CIDADE DE SOBRAL/CE. / Roberta de Fátima Rocha
Sousa. — 2024.
62 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Sobral, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Juliana Vieira Sampaio.

1. Violência contra a mulher. 2. Profissional do sexo. 3. Políticas públicas. 4. psicologia. I. Título.
CDD 302.5

ROBERTA DE FÁTIMA ROCHA SOUSA

“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: A INVISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA
PELA MULHER QUE SE PROSTITUI NA CIDADE DE SOBRAL/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, campus Sobral, como requisito para obtenção do título de Mestra em Psicologia e Políticas Públicas. Área de Concentração: Clínica, Saúde e Políticas Públicas.

Aprovado em ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Juliana Vieira Sampaio (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Camilla Araújo Lopes Vieira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dr.^a Lorena Silva Brito
UNICHRISTUS

A todas as mulheres que vieram antes de mim
abrindo caminho para que hoje eu pudesse estar
aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me permitiu chegar até aqui, mesmo que por tantas vezes eu duvidasse de mim, sempre esteve/está comigo!

A minha Lilly (Emilly), por caminhar junto, segurar minha mão, ser suporte mesmo sem que eu pedisse ajuda, por torcer e vibrar junto a cada conquista. Ter você na vida e nessa caminhada, foram fundamentais para eu não desistir, suas palavras e cuidado foram o combustível para que eu conseguisse chegar ao final desse processo. Que alegria eu sinto de estarmos juntas nesse momento.

A minha panelinha do mestrado Eliane, Jander e Dária, que potente caminhar junto com vocês, dividindo as alegrias e as muitas angústias desse processo.

Eliane, que não poderia deixar de destacar as tantas vezes que compartilhamos da vida não apenas de mestrandas, mas de mulheres, talvez ela nem saiba quantas vezes acalentou meu coração com suas palavras e sua disponibilidade.

Mayana e Welison; casal que tem uma importância gigante na minha vida, que alegria eu sinto por vocês terem cruzado meu caminho e permanecerem nele, guardo todas as palavras de incentivo e encorajamento, obrigada por serem presentes mesmo que distantes geograficamente.

A minha mãe que sempre me apoia e vibra junto a cada conquista. Obrigada por todo cuidado e amor, e principalmente por não desistir de mim. Aos meus irmãos, Roberto e Carol, obrigado por toda torcida! Essa conquista é nossa.

A minha orientadora Juliana, você foi fundamental nesse processo, tornou esse processo que é tão intenso, leve. Obrigada por escolher minha pesquisa, seu cuidado, paciência e aposta fizeram toda a diferença. Quantas vezes fui para a supervisão desanimada e ao me deparar com seu sorriso tão acolhedor eu me sentia abraçada, e a propósito muito obrigada por todos os abraços virtuais.

Não poderia deixar de agradecer a minha banca maravilhosa. Camilla, gratidão por apostar nessa pesquisa e estar junto, sua alegria e energia me contagiavam e inspiravam. Lorena, você é inspiração para essa pesquisa, ler seus trabalhos me encheram de força e coragem para saber que essa pesquisa poderia acontecer. Que honra a minha ter uma banca de mulheres fortes, que potência!

A mim, Roberta Rocha, por nunca ter desistido de mim, mesmo diante de tantas impossibilidades, eu acreditei em mim quando tanta gente não acreditava! A gente tá conseguindo!

“Não serei livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.”

Audre Lorde

RESUMO

Falar sobre prostituição e violência contra a mulher que se prostitui é apontar para uma necessidade de um novo olhar e não apenas um olhar diferente. Compreendendo que as políticas públicas, já voltadas para as mulheres de uma forma geral, não chegam para as mulheres que se prostituem, esta pesquisa teve como objetivo principal analisar as diferentes vivências de violência sofridas pelas profissionais do sexo na cidade de Sobral/Ce. Tratando-se de uma pesquisa-intervenção, em que a coleta dos dados foi realizada entre os meses de fevereiro de 2023 a março de 2024, ela foi realizada em três etapas distintas: I) visitas institucionais; II) realização das rodas de conversa com as profissionais do sexo em atividade e aposentadas; e III) entrevista individual com a liderança da ASTRAS, utilizando roteiro semiestruturado e um questionário socioeconômico. Para análise dos dados utilizados, foi realizada a abordagem teórico-metodológica da noção de práticas discursivas e produção de sentidos. Evidenciou-se, como urgência, um olhar humanizado do município/Estado na elaboração de estratégias de cuidado, políticas públicas voltadas para essas mulheres, assim como a importância da violência contra a mulher que se prostitui entrar nas estatísticas.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; profissional do sexo; políticas públicas; psicologia.

ABSTRACT

Talking about prostitution and violence against the woman who prostitutes herself is pointing to a need for a new look and not just a different look. Understanding that public policies, already focused on women in general, do not reach women who prostitute themselves, this research aimed to analyze the different experiences of violence suffered by sex workers in the city of Sobral/Ce. In the case of an intervention research, in which data collection was carried out between the months of February 2023 and March 2024, it was carried out in three distinct stages: I) institutional visits; II) conducting conversation circles with active and retired sex workers; and III) individual interview with the leadership of ASTRAS, using a semi-structured script and a socioeconomic questionnaire. To analyze the data used, the theoretical-methodological approach of the notion of discursive practices and production of meanings was carried out. It was evidenced, as an urgency, a humanized look of the municipality/State in the elaboration of care strategies, public policies aimed at these women, as well as the importance of violence against the woman who prostitutes themselves to enter the statistics.

Keywords: Violence against women; sex worker; public policy; psychology.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO GERAL.....	10
	ARTIGO 1: QUAIS CORPOS MERECEM PROTEÇÃO? REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DAS “VIOLÊNCIAS” CONTRA AS MULHERES QUE SE PROSTITUEM.....	13
1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	17
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
	REFERÊNCIAS.....	25
	ARTIGO 2: “DO MEU JEITO FIZ A MINHA REVOLUÇÃO”: AS DIVERSAS CAMADAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER QUE SE PROSTITUI.....	27
1	INTRODUÇÃO.....	27
2	PARCERIAS QUE SUSTENTAM A PISADA NO CAMPO.....	29
2.1	Susex.....	29
2.2	Astras.....	30
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	31
3.1	Local.....	32
3.2	Coleta de dados.....	32
3.3	Análise dos dados.....	34
3.4	Aspectos éticos.....	35
4	VISITAS INSTITUCIONAIS.....	35
4.1	Astras e Casa de prostituição.....	35
4.2	Casa da Mulher Cearense (CMC) e Centro de Referência em Infectologia (CRIS).....	37
5	RODAS DE CONVERSA.....	40
5.1	Primeira roda de conversa.....	41
5.2	Segunda roda de conversa.....	44
6	ENTREVISTA LIDERANÇA DA ASTRAS.....	47
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS.....	51

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	54
ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA.....	57
ANEXO C – FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL – CRIS.....	58
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO (LIDERANÇA ASTRAS).....	60
APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA – LIDERANÇA ASTRAS.....	61

INTRODUÇÃO GERAL

Esta pesquisa surge a partir de inquietações que carrego desde a graduação. Enquanto mulher, tenho na pele e na alma marcas de violência, de forma que percebo a importância de se trazer/escancarar essas questões. Desejo com esta pesquisa tornar visível o que é invisível. Assim como para mim essas violências se revelaram, uma vez que vi, não consegui mais desver, por isso o fenômeno da violência contra a mulher é algo que me atravessa de forma que me impulsiona a estudar e escrever. Sendo assim, trago para discutirmos e evidenciarmos a violência contra a mulher que se prostitui¹, estando a origem desse tema alicerçado nos estudos e escritas sobre violência contra a mulher. Ademais, cumpre destacar que me reconheço como vítima de violências. Assim, tenho a compreensão da potência que é investigar esse tema, principalmente por essa pesquisa partir de um olhar sensível para as mulheres que se encontram invisibilizadas no que diz respeito às políticas públicas que contemplem esse grupo social.

Esta pesquisa apresenta em seu título um trecho do discurso de Sojourner Truth na Convenção dos Direitos da Mulher, em 1851, em Ohio nos EUA: “E Eu não sou uma mulher?”, por compreender a potência política que essa expressão tem, uma vez que estamos falando de mulheres que, da sua forma, lutam por seus direitos, lutam para serem vistas/percebidas. Mesmo que algumas não se organizem em coletivos para lutar, há as lutas simbólicas, como solicitar a um dispositivo que este ofereça a coleta de exames e a distribuição de preservativos no local de trabalho dessas mulheres (casas de prostituição), uma vez que lá elas se sentem mais seguras. Há ainda a necessidade da denúncia da necessidade de serem percebidas/vistas não apenas pela população civil, mas pelas políticas públicas, uma vez que é sabido, a partir desta pesquisa, que não temos uma política pública que atenda a essas mulheres, pois, mesmo tendo leis que tratem da violência contra a mulher, aqui evidenciamos que ela não chega à profissional do sexo.

Pesquisar sobre/com essas mulheres a respeito da vulnerabilidade e violência vivenciada por elas acontece pelo desejo de trazer à tona a importância do tema e, ao mesmo tempo, fazer compreender que essa é uma questão social relevante. Percebemos que essas mulheres são excluídas socialmente e, conseqüentemente, não são consideradas “sujeitos de direito”. Traçando caminhos a partir da Psicologia, apostamos na possibilidade de produzir um olhar mais sensível para essas questões, assim como construir transformações no campo

¹ Optamos por utilizar o termo prostituta na maior parte deste artigo, pois, em contato prévio com as participantes deste estudo, é assim que elas se nomeiam, assim como os outros termos, “profissionais do sexo, trabalhadoras do sexo, garota de programa e puta”, por compreender que não existe apenas um modo de estar nesse lugar, pois cada um tem uma simbologia diferente para essas mulheres.

acadêmico a partir da inserção da pesquisadora, entendendo que escutar essas mulheres já é uma forma de intervenção/transformação.

Tendo em vista as problemáticas apontadas, traçamos como objetivo principal desta pesquisa: Analisar as diferentes vivências de violência sofridas pelas profissionais do sexo. Os objetivos específicos são: a) identificar os tipos de violências que as mulheres que se prostituem sofrem; b) compreender o que as mulheres que se prostituem entendem por violência; c) analisar como o Estado pode ser protetor e produtor de violência contra a mulher que se prostitui no município de Sobral.

Sendo assim, diante da necessidade de compreender e conhecer esse campo na cidade de Sobral/Ce, dividimos a pesquisa em 03 (três) etapas:

1) Iniciamos visitando as políticas públicas e a ASTRAS (Associação Sobralense das Trabalhadoras do Sexo). Na ASTRAS, foi possível conhecer a atuação da associação junto às mulheres e às casas de prostituição. Na sequência, visitamos a Casa da Mulher Cearense (CMC) e, por fim, o Centro de Referência em Infectologia de Sobral (CRIS), evidenciando-se, que nesses dois dispositivos, não há registro do fluxo/passagem das mulheres que se prostituem, algo que chamou atenção. A nossa hipótese inicial era de que o CRIS seria uma das poucas políticas públicas com registros de informações dessas mulheres, porém não conseguimos obter dados sobre o assunto. Essa constatação se conecta, posteriormente, com a segunda etapa desta pesquisa.

2) A segunda etapa da pesquisa consistiu em 02 (duas) rodas de conversas, a primeira com as mulheres que se prostituem e uma segunda com as aposentadas². Escutando as mulheres, identificamos o pedido destas por cuidado e, sobretudo, um olhar atento das políticas públicas em relação a sua assistência.

3) A terceira e última etapa necessitou de ajustes, mediante os limites do campo e a demora do Parecer do Comitê de Ética³ (CEP), nº **6.662.189**. O tempo de espera e o afastamento com o campo fragilizou os vínculos e não conseguimos retornar para realizar as entrevistas previstas no projeto de pesquisa. Apesar de inúmeras tentativas entre fevereiro e maio de 2024, muitas vezes, os encontros eram confirmados e as mulheres não apareciam ou desmarcavam; além disso, a Dona da casa de prostituição, em alguns momentos, não respondia e nem atendia às ligações da pesquisadora. Dessa forma, conseguimos realizar apenas 01 (uma) entrevista, que foi com a liderança da ASTRAS.

² O Termo aposentada se refere às mulheres que exercem a prostituição enquanto profissão.

³ O projeto de pesquisa foi submetido ao CEP no dia 30/09/2023, tendo seu deferimento apenas no dia 21/02/2024.

Foi planejado, após as entrevistas, produzir um evento de autocuidado, que seria mais um produto técnico desta pesquisa, porém, diante do exposto neste texto, não foi possível dar continuidade.

O material produzido nesta pesquisa de mestrado foi organizado em dois artigos⁴:

1) O primeiro artigo é uma revisão bibliográfica, que analisou 09 artigos publicados entre 2017 e 2022. Estruturamos o texto a partir de duas categorias de análise: 1) Combate à prostituição e a violência simbólica; 2) Preconceito como potencializador da violência e invisibilidade. A elaboração desse artigo nos deu um ponto de partida para entendermos a ausência de políticas públicas que atendam a mulher que se prostitui, assim como a ausência de estatísticas. Mesmo que as políticas de enfrentamento à violência nos tragam a compreensão de que abrangem todas as mulheres, esse estudo foi de fundamental importância antes de entrar no campo, pois foi possível identificar as violências sofridas por esse grupo populacional.

2) O segundo artigo apresenta o resultado da pesquisa de “campo”, assim como as trilhas percorridas pela pesquisadora nas visitas institucionais, a descrição das rodas de conversa e a entrevista com a liderança da ASTRAS. Tal estudo demonstra a urgência em um olhar direcionado para essa população que, como evidenciado, encontra-se à margem.

⁴ A formatação das referências do artigo 1 encontram-se de acordo com as normas estabelecidas pela revista selecionada para publicação: Sanare – Revista de Políticas públicas, artigo aceito, aguardando publicação.

ARTIGO 1⁵: QUAIS CORPOS MERECEM PROTEÇÃO? REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DAS “VIOLÊNCIAS” CONTRA AS MULHERES QUE SE PROSTITUEM

**Which bodies deserve protection? Bibliographic review about "Violence" against women who prostitute themselves
¿Qué cuerpos merecen protección? Revisión bibliográfica sobre “Violencia” contra las mujeres que se prostituyen**

Roberta de Fátima Rocha Sousa
Adrielle Jennifer Candido Coelho
Ariadsa Mesquita Aragão
Brígida Sousa de Oliveira
Carla Cecília Mendes Oliveira
Luiza Barbara Cunha Freire
Juliana Vieira Sampaio

RESUMO: A violência contra a mulher de uma forma ampla tem sido debatida na atualidade, assim como a criação de leis e dispositivos de enfrentamento a esse tipo de violência; porém quando se fala da violência contra a mulher que se prostitui, é necessário fazer uma busca a parte para compreender que ela é vista de forma diferente não apenas pela sociedade, mas, também pelo Estado. Nesse sentido, a pesquisa busca responder o seguinte questionamento: O que os artigos acadêmicos têm produzido sobre a violência contra a mulher que se prostitui? Assim objetiva-se analisar as violências contra mulheres cis, trans e travestis que se prostituem a partir de uma revisão bibliográfica. Sendo evidenciado que ainda existe um caminho muito longo a percorrer sobre a desconstrução da normalização da violência cometida contra as profissionais do sexo sejam cis, trans ou travestis. Demonstrando a urgência na mudança social que coloca essas mulheres em condição de carência de direitos, inclusive no que diz respeito aos lugares que deveriam ofertar acolhimento e segurança.

DESCRITORES: Trabalho sexual. Violência contra a mulher. Revisão.

ABSTRACT: Violence against women in a broad way has been debated nowadays, as well as the creation of laws and devices to face this type of violence; however, when talking about violence against women who engage in prostitution, it is necessary to do a separate search to understand that it is seen differently not only by society, but also by the State. In this sense, the research seeks to answer the following question: What have academic articles produced about

⁵ Artigo submetido em 28/06/2023, para a revista Sanare – Revista de políticas públicas. Aguardando publicação. Revista escolhida por compreender a importância de fortalecer e demarcar essa temática em publicação em revista local.

violence against women who engage in prostitution? Thus, the objective is to analyze the violence against cis, trans and transvestite women who prostitute themselves from a bibliographical review. Being evidenced that there is still a very long way to go on the deconstruction of the normalization of violence committed against sex workers, whether cis, trans or transvestites. Demonstrating the urgency of social change that places these women in a condition of lack of rights, including with regard to places that should offer shelter and security.

DESCRIPTORS: Sex Work; Violence Against Women; Review.

RESUMEN: La violencia contra la mujer de manera amplia se ha debatido en la actualidad, así como la creación de leyes y dispositivos para enfrentar este tipo de violencia; sin embargo, cuando se habla de violencia contra las mujeres que ejercen la prostitución, es necesario hacer una búsqueda aparte para entender que es vista de manera diferente no solo por la sociedad, sino también por el Estado. En este sentido, la investigación busca responder a la siguiente pregunta: ¿Qué han producido los artículos académicos sobre la violencia contra las mujeres que ejercen la prostitución? Así, el objetivo es analizar la violencia contra las mujeres cis, trans y travestis que se prostituyen a partir de una revisión bibliográfica. Evidenciando que aún queda un largo camino por recorrer en la deconstrucción de la normalización de la violencia cometida contra las trabajadoras sexuales, sean cis, trans o travestis. Demostrando la urgencia de un cambio social que coloque a estas mujeres en una condición de falta de derechos, incluso en lo que respecta a los lugares que deben brindarles cobijo y seguridad.

DESCRIPTORES: Trabajo Sexual; Violencia contra la Mujer; Revisión.

1 INTRODUÇÃO

A temática prostituição, em diversos artigos, livros, teses, dissertações, é comum de vir precedida da afirmação a profissão/ofício mais antiga do mundo. Uma prática sentenciada pela sociedade, tanto por aspectos relacionados à moral e à ética, quanto o imaginário da propagação de doenças, e estímulo à infidelidade¹. A prostituição se articula com a necessidade de que é preciso compreender e ao mesmo tempo desconstruir o que é considerado profissão, uma vez que, além de não ser considerada como trabalho pela sociedade, ainda há uma luta pela sua regulamentação no sentido de garantia de direitos trabalhistas. Sendo assim, a prostituição carrega vários estigmas que comprometem a cidadania das profissionais do sexo, usufruto dos seus direitos e sobretudo o direito as políticas públicas.

De forma, o objetivo deste artigo é analisar as violências contra mulheres cis, trans e travestis que se prostituem a partir de uma revisão bibliográfica. A violência experienciada pela profissional do sexo encontra-se invisibilizada no que tange o universo da violência de gênero, não existindo dados representativos no Brasil sobre esse fenômeno. Mesmo ocorrendo muitas vezes nos espaços públicos, essa violência está atravessada pela lógica do silenciamento e a ausência de estatísticas podem se desdobrar na normalização/invisibilização da violência contra essas mulheres². Sem estatística, o Estado não é cobrado pela formulação de estratégias e políticas que atendam esse público em específico.

As leis e políticas de enfrentamento a violência contra a mulher não foram pensadas para atender as profissionais do sexo, além disso, quando estas procuram as políticas públicas, muitas vezes sofrem com o estigma produzido pela sociedade, bem como dos profissionais que atuam nos serviços que deveriam ser suporte para essas mulheres. Temos alguns dispositivos que atuam diretamente frente a violência contra a mulher, de forma que pretendemos a partir dessa revisão discutir a importância da regulamentação da prostituição enquanto profissão e a criação de políticas públicas voltadas para esse público em específico.

É sabido do grande ganho da causa feminista com a regulamentação da Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, porém apesar da necessidade e urgência da sua promulgação é preciso refletir sobre quais situações de violência estão amparadas por esta lei e se as profissionais do sexo são assistidas por esta:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (Brasil, 2006)³

Assim como exposto, a referida lei deixa elucidado que pretende coibir as violências nas searas doméstica e familiar, uma vez que a violência experienciada pela profissional do sexo ocorre em seu ambiente de trabalho, foge ao que a lei Maria da Penha se propõe. Pensar nos aspectos que dizem respeito a violência, e olhar para o que temos de políticas públicas para a mulher que se prostitui é saber que a mesma também sofre violência do Estado, uma vez que o mesmo não reconhece a importância da criação de políticas públicas de proteção para essa mulher.

Compreendemos que parte das violências sofridas não são frutos somente da ocupação dos lugares/zona em si, mas também da exclusão dessa categoria das legislações laborais, sendo importante mencionar que a prostituição é reconhecida como ocupação profissional e incluída

no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) Nº 5198-05 e no Ministério do Trabalho e do Emprego, o que se entende um grande avanço em relação ao Estado, o Direito e o movimento das profissionais do sexo⁴. Porém mesmo diante do exposto ainda não é considerada profissão para a sociedade, assim como ainda há uma luta pela sua regulamentação no sentido de garantia de direitos trabalhistas, sendo assim, um fazer que carrega vários estigmas que comprometem o exercício das profissionais do sexo a cidadania, usufruto dos direitos, sobretudo o direito a saúde.

Sendo assim, compreende-se o envolvimento tanto das dimensões culturais e simbólicas da violência contra a mulher, assim como dimensões territoriais/urbanas e institucionais diante dessa invisibilidade por parte do Estado e da Sociedade Civil.

Esse cenário de ausência de políticas é uma consequência do limbo jurídico em que se encontram as profissionais do sexo no Brasil, o que produz cada vez mais o fortalecimento das situações de vulnerabilidade, violando direitos fundamentais e impulsionando violências⁵. Falar do fenômeno da violência contra a mulher é saber que ela se constitui de acordo com os contextos vivenciados pelas mesmas, no caso das mulheres que se prostituem, estas estão expostas as mais diversas vulnerabilidades produzidas a partir da sua atividade laboral.

A forma como a prostituição é percebida por parte da sociedade e inclusive por alguns campos do movimento feminista é que esta seria mais uma forma de violência contra as mulheres, não sendo compreendida como um trabalho e conseqüentemente como profissão; devendo ser abolida. Essa vertente do feminismo percebe as profissionais do sexo como vítimas da opressão masculina.

Assim como parte da própria luta do feminismo não engloba as demandas dessas mulheres, tendo em vista que as feministas abolicionistas enxergam a prostituição, não como um modo de vida, mas a partir do viés da escravidão. A prostituição seria incompatível com a dignidade humana, e, portanto, a proposta desse movimento é incentivar as profissionais do sexo a deixar essa forma de existir⁵.

Sabe-se que o feminismo luta contra as mais diversas formas de violências e violações de direitos, sendo assim, o feminismo é o desejo por uma democracia radical ampliando um olhar a luz dos direitos daquelas que vivem em um cenário de injustiças, onde incluem-se todas as mulheres cujos corpos são medidos para o valor de uso: corpos para o trabalho, procriação, cuidado e a manutenção da vida, para a produção do prazer alheio, que também compõe a ampla esfera do trabalho⁶.

Salientando a importância das lutas feministas, porém compreendendo que cada luta ergue sua bandeira, e que mesmo que parte do movimento não apoie essa causa, também existe

parceria com parte do movimento que apoia a luta do reconhecimento da prostituição enquanto profissão, porém, a maior representatividade é da própria classe.

Como problema de pesquisa, foi formulado a seguinte questão: o que os artigos acadêmicos têm produzido sobre a violência contra a mulher que se prostitui? Sendo assim, o presente estudo pretende analisar a violência contra a mulher que se prostitui.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este é um estudo de revisão bibliográfica, que tem o intuito de buscar produções acadêmicas brasileiras sobre a violência contra a mulher que se prostitui. De forma que o levantamento bibliográfico nos permite ter acesso às produções científicas já cristalizadas, que podemos encontrar na forma de livros, teses, capítulos de livros, periódicos, artigos, cartas, editoriais, comentários, notícias etc. Possibilitando e privilegiando investigações nos vários domínios do saber; assim como as produções discursivas que reconstróem e contribuem para a geração de novos sentidos e práticas⁷. Nesta revisão tivemos como foco o artigo científico, que é um ato de fala impresso, sendo produzido para ser apreendido de maneira ativa, assim como fomentar críticas e discussões⁷.

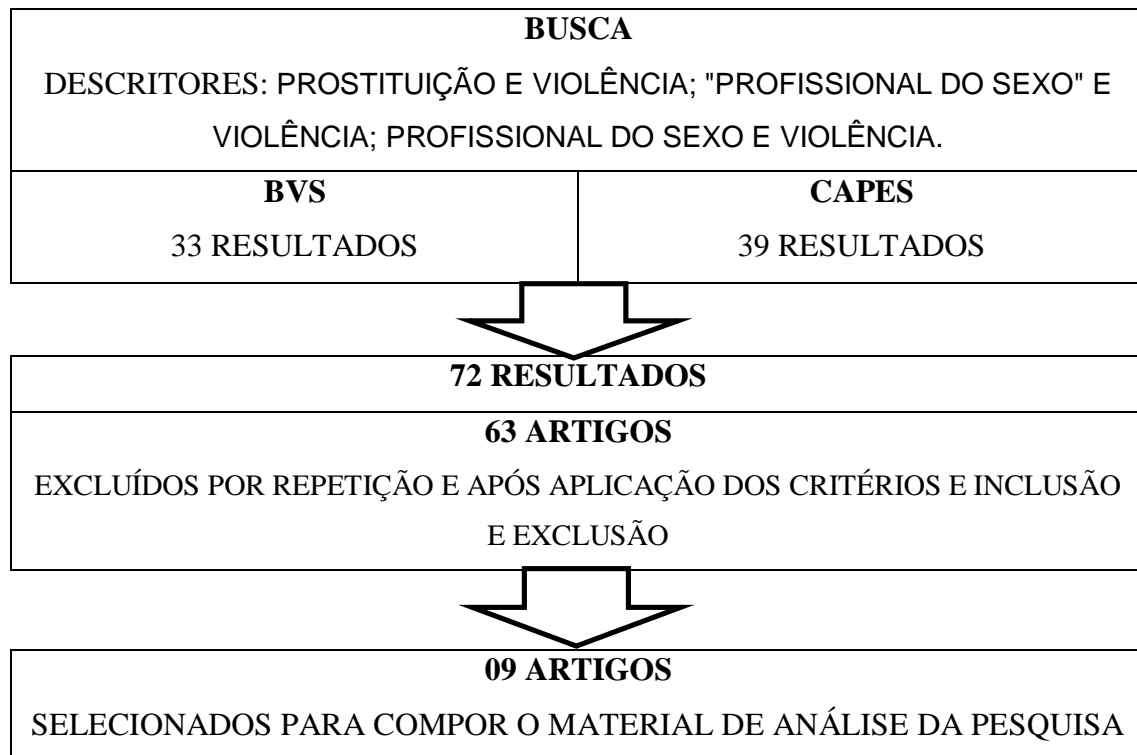
A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Plataforma CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), essas bases de dados foram escolhidas por sua abrangência bem como uma variedade de publicações de estudos multidisciplinares e interdisciplinares. Foram utilizados os seguintes descritores de forma combinada: prostituição e violência; profissional do sexo e violência; profissional do sexo e violência.

Foram utilizados como critérios de inclusão: a) artigos em português; b) artigos publicados no período de 2017 a 2022. Como critérios de exclusão: a) artigos que não abordassem o tema da violência contra a mulher que se prostitui; b) artigos repetidos ou incompletos; c) artigos de revisão bibliográfica. A partir dessa busca encontramos 72 (sessenta e duas) publicações. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão nas leituras das publicações, identificamos que apenas 09 (nove) publicações atendiam ao objetivo desta pesquisa. Sendo assim os 09 (nove) artigos compõem o material analisado para esta pesquisa.

A Figura 1, ilustra o fluxograma seguido pelo presente estudo, sintetizando as etapas seguidas e dos procedimentos metodológicos adotados para a obtenção da amostra final.

Figura 1

- Fluxograma seguido pelo presente estudo



Fonte: Elaboração própria

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Quadro 1 apresenta as informações relativas aos 09 (nove) artigos que compõe a amostra final selecionada para o presente estudo descrevendo: ano, título, objetivos, métodos e resultados.

Quadro 1- Publicações selecionadas para análise

PUBLICAÇÕES SELECIONADAS				
ANO	TÍTULO	OBJETIVOS	MÉTODO	RESULTADOS
2017	Fatores associados à violência contra as mulheres profissionais do sexo de dez	Estimar a prevalência de violência contra a mulher em dez cidades brasileiras, segundo a natureza e os perpetradores, além de identificar os fatores	Estudo transversal	Conclui-se que as mulheres profissionais do sexo brasileiras vivenciam uma carga desproporcional de violência.

	idades brasileiras	associados a essa violência.		
2017	O corpo fala: Universo das travestis	Caracterizar o ser travesti na população de profissionais do sexo em atividade em Uberlândia – MG, segundo variáveis demográficas e socioeconômicas, bem como os fatores de risco para as IST's.	Pesquisa prospectiva – exploratória	A pesquisa apresentou uma visão sobre o mundo das travestis que têm como profissão a prostituição, colaborando para um olhar mais respeitoso sobre a opção e sobre as transformações realizadas em seu corpo enquanto travesti.
2017	O benevolente e a “vítima” na prostituição: Poder e violência simbólica nas interações entre profissionais do sexo e a Pastoral da Mulher Marginalizada	Apresentar os desafios e os riscos que a pastoral enfrenta em suas relações com as profissionais do sexo, para as quais oferecem ajuda e com as quais mantém um contato e um atendimento duradouro.	Pesquisa etnográfica	O processo de subalternização de profissionais do sexo, mostra desacordo entre o discurso e as práticas mediante os quais essa organização pretende mudar a vida das mulheres sujeitas às suas intervenções, particularmente através do procedimento de deixa-las falar, mas sem ouvi-las, ou de silenciá- las.
2017	Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa	Problematizar as implicações psicossociais da violência no contexto	Etnográfica	Identificou-se que as mulheres que vivem no contexto da baixa prostituição seguem invisíveis no que diz

	prostituição feminina na cidade de Fortaleza/CE	da baixa prostituição feminina.		respeito aos direitos sociais e humanos.
2018	Donas de casa, de prostituição: sobre as violências decorrentes da criminalização dos contextos dessas práticas	Tensionar a ideia de ficção e realidade, bem como de borrar a fronteira entre a cafetina má e a dona de casa de prostituição que cuida.	Etnográfica	Autora diz preferir abarcar a incongruência, sem uma conclusão de que donas de casas de prostituição são boas ou más. Através da prática e escrita antropológica é possível refletir que são tudo e mais do que isso.
2018	Violência contra mulheres na prostituição	Investigar as violências contra as mulheres no contexto de prostituição no cenário goiano.	Qualitativa	Percebeu-se que as principais violências eram de ordem implícita e constituíam-se em humilhações, opressões e desqualificações pela condição da mulher e pelos estigmas presentes na prostituição.
2019	Profissionais do sexo: a cumplicidade como enfrentamento das vulnerabilidades	Analisar as vulnerabilidades do trabalho de profissionais do sexo atuantes na rua e suas formas de enfrentamento	Qualitativo transversal e reflexivo	Observou-se uma complexidade de variáveis influenciando nas situações de vulnerabilidade, mas também muitas formas de enfrentamento perante as diferentes situações vivenciadas.
2019	Bem-estar psicológico	Estimar fatores associados ao bem-	Estudo transversal	Evidenciou que as condições de

	entre travestis e mulheres transexuais no estado de São Paulo, Brasil	estar psicológico de travestis e mulheres transexuais.		desigualdade social e violência estão associadas a um pior bem estar psicológico de travestis e mulheres transexuais.
2020	Violência e prostituição: reflexões acerca da omissão estatal no Brasil	Compreender de que forma o Estado brasileiro ratifica e impulsiona uma relação íntima entre violência e prostituição.	Pesquisa documental	A pesquisa constatou que o Estado brasileiro pode ser identificado como diretamente responsável por esse quadro de violências.

Conforme demonstrado no Quadro 1, as publicações selecionadas são referentes aos anos de 2017 a 2021, porém, vale destacar que foi encontrada apenas 01 (uma) publicação do Estado do Ceará sobre as violências sofridas pelas profissionais do sexo dentro desse corte; assim como 01 (uma) publicação no ano de 2022 referente às profissionais do sexo, mas que tinha como foco a atuação das mesmas frente a pandemia do Covid-19 e por isto foi descartado do escopo da análise.

Partindo da questão problema deste artigo que é buscar na literatura o que existe sobre a violência contra a mulher que se prostitui, foi percebido que temos poucos trabalhos publicados sobre essa temática, em específico na Região Nordeste, como citado no anteriormente. Demonstrando a importância de pesquisar a violência em todas suas possíveis manifestações, assim como desenvolver um olhar para essa mulher enquanto sujeito de direitos. Sendo assim partir dos dados levantados nesta revisão, organizamos o material a partir de duas categorias de análise: a) Combate à prostituição e a violência simbólica; b) Preconceito como potencializador da violência e invisibilidade.

Combate à prostituição e violência simbólica

Atualmente no Brasil existem grupos que defendem o sistema abolicionista, no qual a prostituição é compreendida como uma forma de violência contra as mulheres, sendo defendido que a prostituição não é um trabalho, assim como também não é uma profissão e dessa maneira deve ser abolida⁵.

Alguns grupos religiosos partilham da perspectiva abolicionista, e assim, descrevem a atuação da Pastoral, que envolve diversos grupos católicos espalhados pelo país, que trabalham com a reinserção social das profissionais do sexo desde 1974, no Rio de Janeiro⁸.

Criando uma identidade que marcaria a atuação da pastoral enquanto uma organização cristã e abolicionista, baseada na teologia da libertação, eles se fundamentam na lógica do resgate das profissionais do sexo a partir da ideia da vitimização.

Partir dessa ideia de “vítima” é pensar que essas mulheres precisam ser resgatadas, construindo assim uma figura benevolente (pastoral), enquanto para construir-se neste lugar, o outro sujeito precisa ser colocado como vítima e inferiores. Esse tipo de lógica reforça a ideia de libertação e resgate das profissionais do sexo, justificando assim, a necessidade das práticas da Pastoral enquanto entidade salvadora e superior⁸.

A relação da Pastoral com as profissionais do sexo a partir da experiência na mesa de abertura do Encontro da mulher marginalizada, que ocorreu em Salvador e que foi organizado pela Pastoral. Na ocasião, uma das profissionais do sexo que compunha a mesa de abertura se apresenta: dizendo ser uma menina de Uberaba, fato que chama atenção de Gabriela Leite, que questionou Leonardo Boff, que estava presente no evento e ele explica que a Pastoral prefere usar o termo “menina”, por achar muito forte a palavra prostituta; de forma que quando chega a vez de Gabriela Leite se apresentar, ela afirma que ao contrário da colega ela era prostituta⁹.

Importante mencionar que existem alguns termos que fazem referência a essa profissão, os mais comuns são: prostituta, garota de programa, profissional do sexo e puta; porém a partir da ótica higienista carregada de preconceito, percebe-se uma tentativa de invisibilizar essa mulher quando se diz que o termo puta, prostituta e garota de programa são estigmas e impondo que profissional do sexo é o termo correto – politicamente correto, inclusive descartando a possibilidade de escolha dessas mulheres sobre como se nomear. Para o movimento das prostitutas é importante assumir o nome e não fugir dele⁹.

Assim como Gabriela Leite, Amara Moira também considera a Pastoral da mulher marginalizada como uma forma de controle, além disso, destaca que um feminismo que se denomina como radical e que anda de mãos dadas com a pastoral e a bancada fundamentalista na luta contra o direito das profissionais do sexo é bastante questionável¹⁰.

A pastoral visa controlar e fazer com que as profissionais do sexo assumam o discurso de vítima, cometendo uma violência simbólica contra essas mulheres, sendo a partir dessas ações que as desigualdades, diferenças, preconceitos e discriminações vão ganhando forma e cor; e que na visão da pastoral ganham o nome de “mulheres marginalizadas”⁸.

Preconceito como potencializador da violência e Invisibilidade

É preciso compreender as nuances que a violência pode ter para além do que podemos encontrar no senso comum, uma vez que se pode perceber uma naturalização deste fenómeno. Ser mulher, na nossa sociedade, já é uma situação de vulnerabilidade, devido às relações de desigualdade em que a mulher é vista como submissa e inferior aos homens. No caso das profissionais do sexo, temos a construção de outra violência, permeada pelo preconceito, estigmas e estereótipo de ser profissional do sexo/garota de programa/prostituta/puta, intensificando e de certa forma, justificando a violência sofrida por estas.

Sendo assim, as violências no cenário da prostituição são múltiplas e constantes, partindo do pressuposto que muitas não escolhem seus clientes, além de serem aliciadas por cafetões e cafetinas. Essas mulheres são vítimas não apenas da violência física, mas também estão expostas a outros tipos de violências como: tráfico, abusos sexuais, roubos e a violência psicológica. A objetificação e a mercantilização dos corpos das mulheres que se prostituem motivam as violências que estas sofrem, uma vez que estamos falando de um corpo que é transformado em objeto, a exploração e abuso parecem naturais¹¹.

Falar sobre gênero é falar de relações de poder e não apenas das diferenças biológicas e naturais, sendo produzido a medida do que é vivido, forjando-se ao corpo, as desigualdades de gênero machistas e patriarcal reproduzem essa lógica da violência, sobretudo no contexto da prostituição devido as relações de poder, de forma que acabam por serem invisibilizadas tanto pelo fato da marginalização quanto dos mais variados preconceitos que circundam a profissão.

Quando falamos de prostituição, falamos de algo que é visto com preconceito diante da sociedade civil, portanto, aquilo que é marginalizado, deixado de lado, ou seja, invisível. Gabriela Leite, em seu livro *Filha, Mãe, Avó e Puta*; demonstra a visão que sociedade tem da puta, demonstrando que ela é, desde todos os tempos, o ralo da sociedade, e não há nada que se possa fazer para mudar isso⁹. A mulher tem o direito de exercer sua sexualidade de forma livre, reiterando o fato de estar ainda na vida pelo fato de gostar de sexo, assim como não conseguiria o que conseguiu tendo outra atividade, porém, para a sociedade é apenas uma mulher que não presta⁹.

As mulheres que trabalham com a prostituição carregam o sofrimento produzido não apenas pelo estigma da profissão em si, mas também diante de um sistema que é criado para torná-las invisível. Os setores judiciais e da saúde além de não terem uma lei que proteja essa categoria em específico, também apresentam uma série de dificuldades para assistir esse público. A profissional do sexo no Brasil é exposta a diversas vulnerabilidades, sendo tratadas

pelo Estado como consequência da anormalidade social e não como violações de direito. Um trabalho tido como um risco social⁵.

Trazer à tona esses aspectos são de fundamental importância para compreendermos também o lugar não apenas das mulheres cis, mas também das mulheres transexuais e travestis, onde o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de assassinatos dessas¹². Existe um conjunto de outras violências relegadas a elas, incluindo a falta de respeito ao direito do uso do nome social e identidade de gênero, a falta de uma agenda política direcionada para população de transexuais e travestis¹³.

Ressaltando também a ausência de estatísticas e indicadores oficiais com relação a violência contra as travestis e transexuais. O que temos de estatísticas sobre essa população foram produzidas pela ANTRA – Associação Nacional das Travestis e Transexuais -, o último dossiê lançado em 27 de janeiro de 2023, referente aos anos 2017 a 2022, indica que no ano de 2022 foram 131 assassinatos de pessoas trans, sendo 130 travestis e mulheres transexuais e 1 homem trans. Indicando em primeiro lugar o estado Pernambuco, em segundo lugar São Paulo e em terceiro lugar o Ceará; os estados que mais mataram essa população¹⁴.

É urgente falar da ausência de estatísticas sobre violência contra as mulheres que se prostituem, uma vez que o estigma da invisibilização é reforçado, seja no âmbito da saúde, assistência ou judiciário. A reprodução dos estigmas sociais e julgamentos morais pelos profissionais afastam essas mulheres das políticas públicas. É de extrema importância que os profissionais de saúde estejam capacitados para reconhecer os sinais de violência e assim fazerem os devidos encaminhamentos e orientações de forma humanizada e acolhedora das profissionais do sexo¹⁵. Os serviços públicos precisam compreender o peso do estigma e tempo que essa mulher leva para decidir procurar os equipamentos, uma vez que ela já carrega o peso e o medo de ser julgada por quem deveria acolher e percebê-la como um sujeito de direitos.

Como já mencionado, um cenário de ausência de políticas, que fortalecem as vulnerabilidades e impulsionam a violência a partir da violação de direitos. Algumas vidas são vistas como menos dignas e a elas são distribuídas diferencialmente proteção e violência¹⁶; demarcando assim sobre quais vidas importam e quais não. Quais corpos merecem proteção?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um caminho muito longo a percorrer sobre a desconstrução da normalização da violência cometida contra as profissionais do sexo sejam cis, trans ou travestis. Pensar na inclusão/estatística dessas violências sofridas pelas profissionais do sexo, cis, trans ou travestis,

é uma das formas de torná-las visíveis para o Estado, demonstrando a urgência na criação de leis específicas para esse grupo populacional. Diante do exposto nesse artigo, evidencia-se que o que temos de políticas públicas para as mulheres não chega para todas, em especial a profissional do sexo.

A prostituição ocupa um lugar de vulnerabilidades, porém, quem deve olhar para isso? Sociedade civil? Estado? Ouso dizer que todos nós.

Falar sobre algo invisível é trazer à tona a visibilidade, não tendo mais como negar a existência de determinado fenômeno, uma vez que ele se torna visível. É urgente a mudança social que coloca essas mulheres em condição de carência de direitos, inclusive no que diz respeito aos lugares que deveriam ofertar acolhimento e segurança. Observamos o contrário, muitas mulheres, mesmo sabendo dos seus direitos, acabam procurando os dispositivos apenas nos casos mais extremos, e recorrendo às estratégias produzidas por elas para fugir do preconceito e julgamento.

Assim como a literatura evidenciou a criação de rede de afetos e proteção no território, diante da exclusão é percebido a importância dessa rede, inclusive no que diz respeito à proteção, em que a partir dos códigos produzidos territorialmente elas se protegem com ajuda umas das outras, reforçando que existe afeto, existe humanização.

REFERÊNCIAS

1. Schmalfluss J, Boff E, Lago A, Gnoatto D, Lutinski J, Ferraz L, et al. Profissionais do sexo: a cumplicidade como enfrentamento das vulnerabilidades [Internet]. 2019 [cited 2023 Jun 13]. Available from: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4493>
2. Brito L. Implicações psicossociais da violência nos modos de vida de prostitutas pobres [Internet]. [Universidade Federal do Ceará]; 2014 [cited 2023 Jun 27]. p. 169. Available from: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9555>
3. BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
4. Silva L, Ximenes V. Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza/Ce. INTERthesis [Internet]. 2017 Jan [cited 2023 Jun 28]; Available from: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2017v14n1p176>
5. Tabuchi M, Santos A. Violência e prostituição: Reflexões acerca da omissão estatal no Brasil. 1. ed. Florianópolis: Captura Crítica, 2020. 75-88 p. v. 9. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacritica/article/view/4358/3722>

6. Tiburi M. *Feminismo em comum: Para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; 2019.
7. Mirim L. Garimpando sentidos em bases de dados. In: SPINK, Mary Jane (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Aproximações metodológicas*. Cortez: São Paulo, 2013, p.127-155
8. Skackauskas A. O benevolente e a “vítima” na prostituição: Poder e violência simbólica em interações entre prostitutas e a Pastoral da Mulher Marginalizada. *Sex, Salud Soc (Rio J)* [Internet]. 2017Sep;(27):66-96. Available from: <http://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.27.05.a>
9. Leite G. *Filha Mãe Avó e Puta*. Rio de Janeiro: Objetiva; 2009.
10. Moira A. *E se eu fosse Pura*. São Paulo: Hoo Editora; 2018.
11. Souza T, Carvalho N. *Violência contra mulheres na prostituição*. -2. ed. Rio Grande: FURG, 2018. ISBN 978-85-7566-547-3. Disponível em: <http://www.seminariocorpopgenerosexualidade.furg.br/>
12. Zucchi E, Barros C, Redoschi B; Deus L; Veras M. Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. *Local: Cadernos de Saúde Pública*, 2019. v. 35. ISBN 978-85-7566-547-3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LqvvCfLhQNHQwb3M3zQPFFN/?lang=pt#>
13. Nolasco G, Lopes Z, Arruda D. “Ela é boa de cuspir, maldita Geni!”: reflexões sobre violências contra os corpos dissidentes de travestis em Campo Grande/MS. *Revista Ártemis, [S. l.]*, v. 29, n. 1, p. 205–221, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v29n1.47316. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/47316>. Acesso em: 11 abr. 2023.
14. Benevides B. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>
15. Maciel L, Schneider J, Chambart D, Grassi-Oliveira R. Percepções de profissionais sobre atendimentos em saúde para mulheres usuárias de crack. *Local: Psicologia: Ciência e Profissão*, 2020. v. 40. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/76g33BpJfYv4QTXgFnyk7Cq/?lang=pt#>
16. Butler J. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2017.

ARTIGO 2: “DO MEU JEITO FIZ A MINHA REVOLUÇÃO”: AS DIVERSAS CAMADAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER QUE SE PROSTITUI

Resumo: Embora a prostituição seja conhecida como a profissão mais antiga do mundo, ao longo dos anos, ela foi marginalizada e invisibilizada. Mesmo que atualmente seja regulamentada enquanto profissão, continua carregando o estigma produzido não apenas pela sociedade, mas também pelo Estado, nesse caso em questão, no município de Sobral/Ce. A invisibilidade da prostituição para o Estado é percebida na ausência de políticas públicas para o enfrentamento da violência voltada para esse público em específico e a ausência de indicadores de violência contra essa categoria profissional. Diante desse cenário, este artigo apresenta o resultado da pesquisa de mestrado em psicologia e políticas públicas – UFC que teve por objetivo analisar as diferentes vivências de violência sofridas pelas profissionais do sexo. As rodas de conversa com as profissionais do sexo em atividade e aposentadas, bem como a entrevista realizada com a liderança da Associação das profissionais do sexo, descritas neste artigo, aconteceram na cidade de Sobral/Ce, com a parceria da pós-graduação com a extensão universitária. Utilizamos os diários de campo como base para a construção deste artigo e como forma de produzir sentidos por meio dos nossos afetos. Assim, a partir dos experienciados, percebeu-se a importância das redes de afeto, de segurança e de proteção construídas e estabelecidas entre as profissionais do sexo nos territórios, assim como provocações para o campo da psicologia, abrindo possibilidades de debates e produção de novas práticas pautadas no acolhimento, na promoção de saúde e no cuidado amplo para as profissionais do sexo

Palavras-chaves: Violência contra a mulher; Profissional do sexo; Políticas Públicas; Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

“Do meu jeito, fiz a minha revolução e fui em frente.”
Gabriela Leite (2009, p.31)

Pensar a invisibilidade, ou mesmo a invisibilização, não apenas da profissão estigmatizada, mas, sobretudo, da mulher que se prostitui é uma estratégia importante para construir outros modos de cuidado e atenção em políticas públicas para esse grupo populacional. Mesmo diante dos discursos repetitivos de que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo, olha-se mais para esse fazer do que para as mulheres que exercem a profissão. Sendo assim, de acordo com Grant (2021), a mulher que se prostitui é percebida como uma mulher invisível, sem voz, oculta, mesmo com sua nudez em público.

Olhar esse fenômeno a partir da Psicologia nos permite a compreensão das implicações no que se diz respeito aos modos de vida e de significação das subjetividades dessas mulheres, problematizando as agressões simbólicas e físicas, os processos de silenciamento,

estigmatização, os modos de sociabilização e enfrentamento (Silva, 2014). Nessa esteira, apostamos na possibilidade de produzir um olhar mais sensível para essas questões, assim como construir transformações no campo acadêmico a partir da inserção da pesquisadora.

Estudos e pesquisas acerca dessa temática dentro da Psicologia são relativamente recentes, o que torna esta pesquisa ainda mais potente. Pensamos o nosso percurso a partir da noção de Psicologia Andarilha, em que caminhamos no ritmo dos acontecimentos, de forma que uma prática andarilha considera as circunstâncias do campo. Pretendeu-se construir a pesquisa junto às mulheres, respeitando as singularidades e subjetividades. De acordo com Quadros (2023), a Psicologia Andarilha é aquela que também vai acompanhar as pessoas em suas mobilidades, ou seja, aquela que caminha junto, desloca-se, sai do lugar, dando novos sentidos. De acordo com o dicionário eletrônico Michaelis (2024), andarilho é “aquele que caminha bastante; que caminha ou anda muito”. Uma metáfora que amplia um modo de pensar a Psicologia, ao passo que, em nossa práxis, somos andarilhos, caminhamos por terras diferentes, em diversos momentos, sob o risco da errância e, ao mesmo tempo, nas surpresas de boas descobertas.

Ao pensarmos, a partir de uma Psicologia Andarilha, o caminhar por terras diferentes, explorando espaços, na construção de caminhos possíveis, como aponta Quadros (2023), compreendemos que ainda temos muito a fazer nesse lugar, percebendo que aquilo que nos atravessa e nos mobiliza se torna nosso também. Entendemos o andar como uma convocação do campo, não se tratando de fazer para, mas de fazer com, são possibilidades de caminhos que a Psicologia Andarilha nos permite percorrer. Pensar na dimensão de pesquisar as violências sofridas por essas mulheres é saber que elas não estarão nos esperando, assim como não terão muito tempo disponível para estar conosco, requerendo da pesquisadora um maior ajuste nesse território, respeitando as dinâmicas que o campo apresenta.

Entendemos que esta pesquisa pode contribuir para uma maior aproximação e incentivo da Psicologia em debater este tema e produzir novas práticas pautadas no acolhimento, na promoção de saúde e no cuidado amplo a essas mulheres. Segundo Maia et al (2002), no cotidiano das mulheres que se prostituem, estão presentes aspectos como violência e agressão física por parte dos clientes, conflito com a polícia, ocultação da profissão de familiares e amigos, além do conflito moral com a prática do sexo comercial.

A partir desse cenário de inquietações que vêm desde a graduação é que surge o interesse em estudar as violências sofridas por essas mulheres, sendo importante mostrar/escancarar, tornar o invisível, visível; de alguma forma é mexer na estrutura daquilo que é posto enquanto norma, mesmo que de forma simbólica. O corpo da mulher que se prostitui é tido como de

domínio público, assim, conforme Butler (2017), algumas vidas são vistas como menos dignas e a elas são distribuídas diferencialmente proteção e violência, demarcando, nessa esteira, quais vidas importam e quais não.

Justificamos a relevância desta pesquisa, no sentido de ampliar o escopo acadêmico sobre a realidade das profissionais do sexo, especialmente no que se refere ao território do interior do Ceará. Em busca nas bases de dados da Plataforma CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) foram encontrados apenas 03 artigos sobre a prostituição na cidade de Sobral/CE, referente aos anos de 2007, 2008 e 2013. De forma, espera-se que esta pesquisa possa servir de ponto de partida para outros estudos e desenvolvimento de novas práticas de cuidados para essas mulheres.

Explanamos, neste texto, as visitas institucionais realizadas, 02 (duas) rodas de conversas com as profissionais do sexo na cidade de Sobral/Ce e 01 (uma) entrevista com uma liderança do movimento das profissionais do sexo da cidade. Partindo de tais vivências, estabelecemos como objetivo principal deste estudo: analisar as diferentes vivências de violência sofridas pelas profissionais do sexo.

2 PARCERIAS QUE SUSTENTAM A PISADA NO CAMPO

A execução desta pesquisa só foi possível a partir das parcerias que proporcionaram a inserção no campo, bem como, a união do mestrado com a extensão universitária. Essas parcerias proporcionaram um maior suporte nas atividades realizadas, como também aumentaram as possibilidades de intervenções com as mulheres. Sendo assim, neste tópico, apresentamos as parcerias que possibilitaram esses encontros acontecerem.

2.1 Susex

O Núcleo de Estudos e Extensão sobre Subjetivação e Sexualidade (SUSEX) é um projeto que está vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, *campus* Sobral. Tendo como objetivo principal a promoção da equidade de gênero e do respeito à diversidade sexual, busca promover resistência, por meio da potência criativa, indo contra a homogeneização e padronização dos modos de viver.

Nesse sentido, o SUSEX procura realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão que estejam em diálogo com discentes da graduação e da pós-graduação, além da participação da comunidade externa à universidade, desenvolvendo ações voltadas, principalmente, para a

promoção de direitos e saúde sexual e reprodutiva, além de outras atividades relacionadas às discussões de gênero e sexualidade.

2.2 Astras⁶

A Associação Sobralense das Trabalhadoras do Sexo (ASTRAS) apresenta seus primeiros passos no ano de 1999, sendo registrada no ano 2000. Trata-se de uma ONG com o objetivo de trabalhar com os direitos e defesas das mulheres que se prostituem, a partir de parcerias e recursos, para a prevenção de ISTs e HIV na cidade de Sobral/Ce. É válido ressaltar que nesse período não havia nenhum trabalho desenvolvido por entidades ou serviços de saúde direcionado ao público de profissionais do sexo, com finalidade de prestação de serviço ou psicoeducação de orientação sobre temáticas relacionadas à vida sexual saudável e sem infecções.

Desse modo, após a identificação da necessidade de locais para atender à demanda dessas mulheres e construir espaços, deu-se início à criação da ASTRAS. Pretendia-se, inicialmente, entender as especificidades dessas mulheres, de modo a fazer busca ativa acerca do estilo de vida delas e viabilizar o acesso aos serviços de saúde do município, uma vez que esses locais eram limitados em decorrência do preconceito sofrido.

Com o apoio da Escola de Saúde da Família, foi realizada a busca ativa, a qual citamos anteriormente, para cadastrar tanto as casas de prostituição, como suas donas e as profissionais que lá trabalhavam. A priori, os atendimentos eram realizados nas casas de prostituição, depois de uma maior aproximação com o serviço, que na época era feito pelo Coas – Centro de Orientação e Aconselhamento Sorológico, eram realizados os encaminhamentos. Posteriormente, foram realizadas parcerias com os postos de saúde dos bairros, para um melhor direcionamento dos encaminhamentos e atendimentos. Nos casos de aborto, por vezes, as equipes se deslocavam até elas para levá-las para a Santa Casa de Misericórdia de Sobral.

Durante o processo de implementação da ASTRAS, pôde-se evidenciar a resistência para acessar os cabarés e iniciar o trabalho de reconhecimento dessas mulheres para além do estigma, compreendendo-as em sua totalidade como mãe, mulher, filha, companheira e não apenas pela atividade desenvolvida. A mulher que protagonizou a criação da ASTRAS⁷, atualmente, não se encontra mais à frente da associação.

⁶ As informações desse tópico são provenientes do podcast (2022). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7bxxM2TzxqutZghrAp9NBF?si=8ea52faf26de475a> Acesso em: 10 maio 2024.

⁷ Em visita à ASTRAS, nos foi comunicado que o local em que a associação funcionava precisou ser entregue, pois, diante da ausência do repasse da secretaria de saúde do município de Sobral/Ce, ficou inviável manter as

Com o intuito de manter o sigilo da sua identidade, chamamos de Girassol a mulher que esteve presente quando a associação foi criada. Girassol, na época, era manicure e costureira, e morava bem próximo às casas de prostituição, além de fazer as unhas das prostitutas, também costurava para elas. Girassol se tornou uma figura de cuidado, durante o serviço de manicure e costura, também ouvia os relatos de sofrimento e dificuldade do trabalho na prostituição. Girassol se tornou uma rede de apoio para elas, uma vez que existia uma relação de confiança.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, tal metodologia foi escolhida por entendermos que ela contribui para a compreensão dos aspectos sociais e subjetivos em diferentes práticas na nossa sociedade. Utilizamos como referencial teórico metodológico a pesquisa-intervenção-implicação, que, de acordo com Romagnoli (2014, p. 49) “a invenção ocorre quando há a irrupção do plano das forças que se conectam nos encontros “entre” o pesquisador e seu objeto de estudo”. Essa prática dá mais potência ao processo de pesquisar, pois também se trata de o pesquisador ter abertura para o campo.

De acordo com Aguiar e Rocha (2007), nessa perspectiva, o conceito de implicação está ligado à capacidade de fazer conexões, de fazer deslocamentos que nos remontam possibilidades de novas invenções. Essa perspectiva de fazer pesquisa é essencial, pois estivemos no cotidiano com as profissionais do sexo não apenas ouvindo suas narrativas, mas também participando/intervindo de forma implicada para promoção de melhores condições de vida.

Nessa concepção, pensar pesquisa do tipo pesquisa-intervenção, em psicologia, segundo Cavalcante (2016), é aceitar o convite ao deslocamento e autocrítica do próprio campo da psicologia. Partindo de alternativas participativas que nos distanciem dos falaciosos ideais de neutralidade, de forma que podemos entender esse tipo de pesquisa como uma ferramenta a partir da qual ação não sobre, mas com grupos subalternos produz efeito ainda enquanto é feita, se tratando de fazer pesquisa junto e não para.

Sobre a pesquisa qualitativa, Godoy (1995) afirma que é um fenômeno que pode ser mais bem compreendido no contexto que ocorre, assim como a análise em uma perspectiva integrada. Sendo assim, a pesquisa qualitativa permite essa maior aproximação do pesquisador

despesas de aluguel, água e luz. Atualmente, a associação foi acolhida pela Casa Madre Anna Rosa Gattorno, servindo de ponto de apoio para as atividades com as profissionais do sexo.

com o sujeito a ser estudado dentro do seu contexto, compreendendo esse sujeito dentro de uma integralidade, e possibilitando intervenções a partir dos vividos em campo.

Entende-se que, no fazer pesquisa, não há neutralidade, uma vez que o pesquisador é atravessado por afetos, assim como afeta também. Sobre a inserção do pesquisado:

O pesquisador qualitativo reflete sistematicamente sobre quem é ele na investigação e é sensível à sua biografia pessoal e à maneira como ela molda o estudo. Essa introspecção e esse reconhecimento de vieses, valores e interesses (ou refletividade) tipifica a pesquisa qualitativa atualmente. O eu pessoal torna-se inseparável do eu pesquisador. Isso também representa honestidade e abertura para pesquisa, reconhecendo que toda investigação é carregada de valores (Creswell, 1995, p. 187).

Ao pensarmos nas relações de afetos e confiança – as quais são construídas e estabelecidas a partir desses lugares para que possamos compreender que falamos de mulheres que carregam estigmas e são rotuladas – não desejamos aqui impor normas ou trabalhar conceitos entre certo e errado, e sim respeitar a singularidade e subjetividade de cada uma, possibilitando espaços de construção de afetos, no qual elas possam se expressar livremente e sem julgamentos.

Utilizamos também, na nossa pesquisa, a estratégia metodológica da observação participante, pois essa abordagem vai além da simples observação, envolvendo um conjunto diversificado de técnicas metodológicas que demandam um profundo envolvimento da pesquisadora com a situação estudada. Além disso, Ludke (1986) sugere que o relato das observações deve transcender a mera descrição, incorporando uma dimensão reflexiva. Nesse sentido, a pesquisadora é encorajada a incluir observações pessoais, especulações, sentimentos, problemas, impressões, dúvidas, incertezas, surpresas e decepções em sua narrativa.

3.1 Local

Sobral é um município no interior do Ceará, com uma população de 210.711 habitantes, conforme estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2020. De acordo com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), é o 5º município mais povoado e o segundo mais desenvolvido do estado do Ceará. A pesquisa aconteceu na cidade de Sobral/Ce nos seguintes locais: casa de prostituição localizada no mercado central e na Casa Madre Anna Rosa Gattorno, localizadas no bairro Sinhá Sabóia.

3.2 Coleta de dados

A pesquisa foi estruturada em 03 (três) etapas:

Foram realizadas 03 (três) visitas institucionais – ASTRAS, CMC e CRIS, que tiveram o objetivo de conhecer o funcionamento e fluxo da profissional do sexo, assim como verificar estatísticas de violência contra elas.

Realizamos 02 (duas) rodas de conversa que aconteceram respectivamente em uma casa de prostituição com as prostitutas em atividade, localizada no centro da cidade de Sobral/CE, e a segunda com as prostitutas aposentadas, na Casa Madre Anna Rosa Gattorno. Tais encontros tiveram o propósito de fortalecer os vínculos e proporcionar um momento de troca de experiências com elas.

Por fim, realizamos uma entrevista semiestruturada com a liderança das Astras, com intuito de ter uma maior compreensão da importância da associação para as prostitutas, como também conhecer os impactos das ausências de políticas públicas direcionadas para essas mulheres.

Ludke (1986) enfatiza que registrar essas experiências por meio da escrita é uma forma importante de possibilitar que as pessoas na sociedade tenham acesso e compreendam diferentes questões, especialmente em um mundo atual em que a tecnologia da informação desempenha um papel significativo. Kroeff et al. (2020) trazem que a realização do trabalho de campo é uma estratégia essencial na pesquisa, pois integra proposições teóricas à experiência prática na construção de conhecimento contextualizado. Em muitos estudos exploratórios qualitativos, especialmente nas áreas de psicologia, a prática comum é empregar diários de campo como uma ferramenta metodológica. Esses diários são utilizados para registrar e posteriormente analisar a experiência tanto da pesquisadora quanto dos participantes. No contexto da pesquisa, os diários de campo foram uma ferramenta usada para documentar e comunicar essas experiências, tornando-as mais acessíveis e compreensíveis para um público mais amplo.

Dessa forma, selecionamos a escrita de diários de campo como uma estratégia valiosa para a produção e análise da interação da pesquisadora com o tema do campo de pesquisa. Isso ocorre por meio da problematização da memória, do hábito e da criação de uma atenção direcionada para modular a experiência tanto da pesquisadora quanto do mundo ao seu redor. Ressaltamos que os diários de campo foram utilizados em todas as etapas da pesquisa.

Além do diário de campo, como instrumento de coleta de dados para a composição desta pesquisa, foi aplicado 01 (um) Questionário socioeconômico (Apêndice A) e 01 (uma) entrevista semiestruturada (Apêndice B) a qual foi gravada e posteriormente transcrita, com a

liderança da ASTRAS. Segundo Manzine (2012), a entrevista tem como principal característica um roteiro com perguntas abertas, sendo indicada para estudar um fenômeno com uma população específica. Cumpre destacar a importância dessa entrevista, uma vez que a liderança foi nos transmitindo, ao longo deste estudo, as dificuldades existentes no campo das políticas públicas assim como a própria mediação com o campo.

Vale ressaltar que, no projeto original, tinha-se a pretensão de entrevistar 05 (cinco) mulheres, mas conseguimos entrevistar apenas a liderança da ASTRAS, uma vez que o campo não estava propício para realizar as demais entrevistas.

Foram diversas tentativas de contato que aconteceram entre o período de fevereiro e junho/24, tanto por mensagens de WhatsApp quanto por ligação, as quais tiveram o objetivo de marcar a entrevista, de forma que conseguimos 05 (cinco) confirmações. No entanto, quando elas não compareciam, a liderança da ASTRAS entrava em contato para informar. Ainda na tentativa de conseguir realizar as entrevistas, fizemos contato com a dona da casa de prostituição, a qual nos informou que falaria com o marido para saber o que achava, sendo esse o último contato. Nenhuma das interlocutoras nem respondiam as mensagens e não atendiam mais às ligações, o que causou certa angústia, uma vez que não conseguiríamos fazer a coleta de dados pretendida.

Compreendendo e respeitando o fechamento do campo diante da ausência de possibilidades para continuar, deparamo-nos com reflexões do quanto esse campo necessita de permanência, pois enquanto estávamos presentes foi possível sentir as diversas possibilidades que emergiam. Ademais, precisamos nos afastar para aguardar o parecer do comitê de ética. Sobre isso, ficou evidente o quanto o afastamento foi prejudicial, retornar foi como voltar ao início.

Assim, diante do exposto, ficamos com o que o campo nos permitiu acessar, realizamos apenas uma entrevista com a liderança com o intuito de documentarmos e assim poder utilizar para a composição desta pesquisa. Cumpre ressaltar que a entrevistada assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

3.3 Análise dos dados

Para análise dos dados, utilizamos a abordagem teórico-metodológica da noção de práticas discursivas e produção de sentidos. Quando relacionamos práticas discursivas com produção de sentidos, assumimos que os sentidos não estão na linguagem enquanto materialidade, mas no discurso que transforma a linguagem como ferramenta para a construção

da realidade. No caso do relato, a ação de relatar é, de fato, explicativa na sua relação com o contexto. Como Spink e Pinheiro (2013) apontam, no relato, o foco é o que o sujeito narra, os argumentos utilizados, assim como a explicação dada para validar a narrativa.

Para a análise de dados, utilizamos o recurso de mapas de associação de ideias, os quais, de acordo com Spink e Lima (2013), têm por objetivo sistematizar o processo de análise das práticas discursivas na busca dos aspectos formais tanto da construção linguística, quanto dos repertórios utilizados nessa construção. Ademais, são considerados instrumentos com duplo objetivo: fornecer subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo.

3.4 Aspectos éticos

Esta pesquisa foi submetida ao comitê de ética em pesquisa com seres humanos, seguindo as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos, segundo Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Isso se deu de forma que foi respeitada a voluntariedade da participante, a qual não recebeu e nem pagou para fazer parte desta pesquisa; foi dada também a garantia do sigilo e do anonimato; foram explicados os objetivos da pesquisa, garantindo a possibilidade de a entrevistada interromper a participação a qualquer momento sem prejuízo algum (Brasil, 2012). A participação, nesta pesquisa, foi efetivada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE), tendo como parecer favorável o Parecer n.º 6.662.189, de 21 de fevereiro de 2024.

4 VISITAS INSTITUCIONAIS

4.1 Astras e Casa de prostituição

Foram realizadas 02 (duas) visitas à Casa Madre Anna Rosa Gattorno, antes da realização das rodas de conversa, que serão descritas posteriormente. Essas visitas tiveram o intuito de conhecer o funcionamento e o fluxo da ASTRAS, como também o planejamento das rodas que ocorreriam em lugares diferentes. A primeira roda foi na casa de prostituição localizada nas proximidades do mercado central – com as profissionais do sexo que estivessem em atividade; e a segunda roda se deu na Casa Madre Anna Rosa Gattorno – com as profissionais do sexo “aposentadas”⁸.

⁸ A palavra aposentada nesse contexto, tem o sentido de não exercerem mais a atividade da prostituição.

Na segunda visita à ASTRAS, que aconteceu em abril de 2023, a pesquisadora foi convidada para conhecer o local onde seria realizada uma das oficinas, a casa de prostituição situada nos arredores do mercado central da cidade de Sobral/Ce. É importante mencionar que esse foi o primeiro contato com o local, bem como que não havia sido cogitada a possibilidade dessa visita acontecer nesse referido dia, de forma que, movida pelo desejo de adentrar no campo, o convite foi aceito. Na referida ocasião, a liderança passou algumas instruções do tipo: como agir em caso de abordagem de algum homem; e, caso acontecesse, lembrar que estávamos no ambiente deles, portanto, deve-se responder com firmeza sem ser agressiva. Sendo assim, recorremos ao diário de campo com o intuito de relatar os experienciados nessa ocasião:

Chegamos... a entrada era de um bar comum, com poucas mesas, umas 03 (três) mulheres bebendo em uma das mesas na entrada, um cara meio mal-encarado na porta, no primeiro momento pensei ser um cliente, mas depois imaginei que pudesse ser uma espécie de segurança, pois ele ficou o tempo todo no mesmo lugar (Diário de campo 24/04/23).

Fomos apresentadas a uma mulher, a responsável pelo local, que nos convidou para conhecer tanto o seu estabelecimento quanto a casa de prostituição que fica ao lado.

Sobre a primeira casa:

Vi o quanto era grande, tinham várias mesas, cadeiras e um corredor com várias portas, olhei bem rápido, pois tinham umas mulheres lá e não queria que elas achassem que eu as observava, também tinha nesse espaço uma caixa grande, que acredito ser aquelas que as pessoas colocam moedas e escolhem as músicas (jukebox). (Diário de Campo, 24/04/23)

Tínhamos que escolher o local onde iríamos fazer a oficina, por isso precisávamos conhecer as duas casas. A segunda casa era separada da primeira por um comércio que tinha uma entrada bem estreita, muitos homens bebendo, minha primeira impressão é que lá era apenas um bar.

Fui entrando, cumprimentando e com meio sorriso, não sabia como me comportar, mas tentando ao máximo não fazer contato visual. Tinha um mundo grande, muita gente, acho que todas as mesas estavam ocupadas, um corredor cheio de portas e ao final uma cozinha que estava separada por uma grade (Diário de campo, 24/04/23).

Nessa primeira visita, foi acordado o local e o dia que a oficina aconteceria. “Quando estávamos saindo, fomos abordadas por uma das mulheres perguntando sobre a coleta de exames” (Diário de campo, 24/04/23). Percebemos a importância de mencionar essa fala, uma vez que ela apresenta uma conscientização da importância do cuidado à saúde e a busca pela política pública. Percebemos durante as visitas à ASTRAS, e a partir dos diálogos com a

liderança, como também nessa visita à casa de prostituição, que as profissionais do sexo não acessavam os dispositivos de saúde, o que na ocasião chamou nossa atenção.

Os estigmas sociais e julgamentos morais dos profissionais da saúde podem, muitas vezes, afastar essas mulheres dos serviços. Corroborando Maciel et al (2020), é de extrema importância que os profissionais de qualquer política pública, e não apenas da saúde, estejam capacitados para acolher e fazerem os devidos encaminhamentos e orientações de forma humanizada e acolhedora às profissionais do sexo.

Tendo em vista que esse foi o primeiro contato com o campo, foi um momento de muita potência e atravessamentos, um sentir/encarnar aquilo que antes era apenas teoria, virou vivência.

4.2 Casa da Mulher Cearense (CMC) e Centro de Referência em Infectologia (CRIS)

Com intuito de conhecer as políticas públicas destinadas à proteção e prevenção de violência contra a mulher e a atuação frente às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e HIV/Aids, visitamos a CMC e o CRIS.

Em abril de 2023, visitamos a Casa da mulher Cearense, ao chegar no dispositivo, enquanto esperávamos para conversar com a responsável pela instituição, conversamos com a recepcionista que brevemente explicou a proposta do equipamento. Em seguida, a pesquisadora foi recebida e explicou sobre o intuito da visita, a interlocutora esboçou alegria com a apresentação observando “grupo invisível”⁹ e seguiu nos dizendo que a casa não tinha demanda da profissional do sexo, mas que consultaria o setor psicossocial para ter mais certeza.

Me senti constrangida pela forma com que ela falava em tom de autoridade e julgamento e acabei nem fazendo as perguntas que tinha planejado, parti para suposições. Perguntei se a profissional do sexo procurasse a casa sob demanda de violência, ela nos respondeu que era feito encaminhamento para a DDM, e mesmo que realizassem esse atendimento, elas não registravam, a não ser que essa mulher fizesse questão de ser ouvida é que abririam o prontuário (Diário de Campo 25/04/23).

Uma fala que reforça ainda mais a invisibilização, um não querer ver. Prada (2018, p. 35) afirma que “nunca uma mulher como as outras, a prostituta está além da fronteira, lá onde as mulheres ditas decentes não podem estar. E é ela, somente ela que a sociedade escolhe condenar e apedrejar”. Como ouvido e sentido, como um julgamento, sentença final, uma fala que traz um não merecimento de proteção, a não ser que ela faça “questão”.

⁹ Expressão utilizada pela responsável da CMC

Cada vez mais vamos compreendendo que um dispositivo feito para mulheres não é pensado em todas as possibilidades de mulheridades, ou seja, algumas mulheres têm acolhimento, atendimento necessário e possíveis encaminhamentos, mas, se falamos da profissional do sexo, a atuação é outra. Já é sabido que a Lei Maria da Penha não abarca as violências sofridas pelas profissionais do sexo, mas, como visto nessa visita, se faz necessária uma ampliação nos modos de cuidado, pois é um dispositivo para mulheres, assim, compreendemos que todas elas podem acessar, mas, como visto, não só apenas a profissional do sexo não acessa, como também o referido dispositivo não está aberto para ela.

Por fim, conversamos sobre nosso desejo de tornar as profissionais do sexo visíveis a nível de município e fomos surpreendidas mais uma vez pela fala:

Elas preferem ser invisíveis, pois talvez seja uma forma delas se protegerem. Ali eu já tinha entendido que a profissional do sexo não tinha lugar naquela casa. (Diário de campo 25/04/23).

No mês de março de 2023, visitamos o CRIS, já com um pouco de receio, pois quando foi ligado para agendar a visita, o funcionário que me atendeu foi muito grosseiro e quando ouviu a expressão prostituta, interrompeu a fala dizendo que não se usava esse termo por ser pejorativo e que eu deveria estudar para não falar besteira, tentei explicar a ele que o termo não estava errado, momento em que ele aumentou o tom de voz, e eu calei.

Me senti totalmente angustiada após essa ligação, pois me senti agredida, silenciada, mesmo me identificando enquanto pesquisadora, fiquei pensando como essas mulheres acessam esse espaço se ela diz que é prostituta e ela escuta que não É (Diário de campo 05/04/23).

Gabriela Leite (2009) afirma que mudar o nome prostituta para profissional do sexo ou trabalhadora do sexo seria como um pedido de desculpas e, para esse movimento, é de fundamental importância assumir o nome dele e não fugir.

Fomos recebidas pela responsável pelo dispositivo, para quem explicamos o motivo da visita, que era saber se a profissional do sexo¹⁰ acessava o dispositivo, de forma que perguntamos se tinha como ter uma estatística desse acesso. Nos foi informado que, mesmo que elas se autodeclarassem, só tinha como saber se olhassem os prontuários um a um, pois, na ocasião em que ela fez uma busca rápida no sistema pelos termos (profissional do sexo, prostituta, garota de programa, violência de trabalho), não tinha nenhum dado. Inclusive no próprio sistema não tem profissional do sexo enquanto ocupação, como demonstramos no

¹⁰ Aqui já não utilizamos mais o termo prostituta com receio de mais um silenciamento.

(Anexo C) em que a ficha de notificação, já no seu enunciado, só reconhece como violência a doméstica/intrafamiliar; assim, os casos de violência extrafamiliar/comunitária incluem apenas: crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoa com transtorno, indígenas e população LGBT. Isso se dá de forma que, ao analisar a ficha de notificação, percebemos que ela não inclui diretamente a profissional do sexo, cabendo à pessoa que irá fazer o seu preenchimento essa pergunta de uma forma mais direta. Porém, é preciso muita sensibilidade para estar inclusive nesse acolhimento, pois, como visto, essa mulher dificilmente busca por esse dispositivo.

Por várias vezes ela disse que minha pesquisa era muito difícil, que ia ser muito difícil achar dados, mesmo eu explicando que minha pesquisa não dependia deles. Em seguida ela perguntou se eu já havia defendido, respondi que não, e disse porque eu não mudava minha pesquisa, pois seria muito difícil. Eu nem acreditei no que ouvi, apenas respondi que era porque era difícil que eu ia continuar pesquisando (Diário de campo 02/05/23).

Diante desse fato compreendemos que, mesmo que a profissional do sexo acesse esse dispositivo, não existem estatísticas desse acesso. Também foi possível observar a inquietação da pessoa com quem conversamos, uma vez que ela não conseguia responder nossas perguntas, por fim, mais uma vez, falou sobre a dificuldade de análise de todos os prontuários, os quais somam mais de 35 mil, na tentativa de chegar a um número. Ela relatou que as ações com as profissionais do sexo só acontecem quando elas são solicitadas; e, como o CRIS atende a 55 municípios, não tem como dar conta desse público.

Identificamos a ausência de estatísticas em Sobral sobre as violências sofridas pelas profissionais do sexo e a assistência em saúde, uma vez que temos na cidade os referidos dispositivos, mas estes não possuem esses dados. Significa dizer que temos um dado alarmante, uma vez que não se tem registros de passagem da profissional do sexo nessas políticas públicas. Como afirma Ribeiro (2017), se uma realidade não é nomeada, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que é invisível.

O que se evidencia a partir dessas visitas é de fato curioso, uma vez que estamos falando de dispositivos em que o primeiro é procurado pela mulher vítima de violência e o segundo atua na prevenção das IST e HIV. Isso nos impulsiona a questionarmos o porquê de o município não olhar para essas mulheres. É sabido que temos a lei Maria da Penha, porém temos ciência também de que ela não atende à profissional do sexo.

Hoje em dia elas já sabem que tem a lei Maria da Penha, elas já sabem, quando elas sofrem elas vão, mas elas vão como mulher e não como trabalhadora do sexo, e poucas vão (Entrevista Liderança, 27/03/24)

Sendo assim, percebe-se que a violência contra a mulher, em especial aquela que se prostitui, foi (é) normalizada, tendo em vista os estigmas que esse fazer carrega, colocando-a, assim, em situação de diversas vulnerabilidades: violência de gênero, racial, familiar, discriminação, instabilidade financeira, pobreza e riscos para saúde. Podemos olhar para esses recortes a partir da interseccionalidade como uma encruzilhada que vão formando uma rede de muitas camadas de desigualdades. Para Akotirene (2022, p. 45), “o pensamento interseccional nos leva a reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de colaborarmos com as violências”.

Mesmo com a construção de políticas públicas para mulheres, estas não assistem todas as mulheres de forma semelhante. O Atlas da violência de 2022, publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apresenta estatísticas sobre a violência contra a mulher como feminicídio da mulher negra, violência urbana/fora da residência, violência (física, psicológica, tortura) contra a população LGBTQIAPN+, porém não se tem estatísticas sobre a violência contra a mulher que se prostitui.

Tais fatores denunciam que a violência contra a prostituta é invisível, uma vez que não têm dados estatísticos sobre ela, assim como políticas públicas específicas, ressaltando que estas só são citadas nas políticas de controle às ISTs. Silva e Ximenes (2017) dizem que a violência contra a prostituta se encontra velada no universo da violência de gênero. É preciso compreender as nuances que a violência pode ter para além do que podemos encontrar no senso comum, uma vez que se pode perceber uma naturalização desse fenômeno. Ser mulher, na nossa sociedade, já é uma situação de vulnerabilidade, devido às relações de desigualdade em que a mulher é vista como submissa e inferior aos homens.

5 RODAS DE CONVERSA

Penso que antes de relatar esse momento preciso dizer como me sinto, fui tentando dar vazão enquanto preparava o material, o lanche; era meu primeiro contato com as profissionais do sexo, tentei colocar meus afetos em toda a preparação, na escolha dos bolos, os saquinhos com os biscoitos, os lacinhos, os sucos. Percebi que queria levar um pouco de mim naquele momento, era uma forma de demonstrar algum tipo de cuidado! (Diário de campo, 17/05/23).

Cuidado foi a sensação que atravessou toda a preparação, as reuniões com o grupo para dividir as tarefas, as supervisões para decidir o como seria esse momento, as inquietações e angústias da véspera, uma vez que, como fomos avisadas, esse momento seria dividido com os profissionais do CRIS, o qual relataremos no tópico seguinte. Dar forma à angústia e ao incômodo provocado por essa informação foi o que fizemos em forma de acolhimento; além

disso, buscamos compreender que ver esse dispositivo em ação não só seria potente, mas também teríamos a chance de notar como era o manejo com as profissionais do sexo, de forma que mantivemos o planejado, mas compreendendo que seriam necessários ajustes.

5.1 Primeira roda de conversa

Fico imaginando o dia em que a palavra puta não for mais xingamento, o dia em que as pessoas nem consigam imaginar porque um dia ela teria o sido. Mas este dia está longe (Moirá, 2018, p. 136).

Era um dia de sol, nosso grupo era composto apenas por mulheres, o que nos fazia mais fortes. Enquanto nos deslocamos para o local, em conversas paralelas, tentávamos dar vazão a nossa ansiedade, assim como os últimos ajustes e combinados. Foi nesse caminho que observamos o quanto a localização da casa de prostituição (no centro da cidade, no mercado central – área nobre) simbolizava um ato de resistência. Mesmo que sua frente não denunciasse que era um ponto de prostituição, a grande maioria das pessoas sabem que ali de fato é um ponto, seja porque percebem ou pelas mídias sociais, uma vez que a dona da referida casa é bastante conhecida na cidade e, principalmente, porque tem o nome dessa mesma mulher (a dona da casa de prostituição) pintado em sua faixa.

A primeira roda de conversa aconteceu no dia 17 de maio de 2023 às 10h da manhã. É válido ressaltar que as ações foram planejadas e estruturadas previamente e, como medida de planejamento, as responsáveis pela organização da ação (a pesquisadora e 05 (cinco) extensionistas do SUSEX) chegaram mais cedo com intuito de se ambientar no local. Contudo, no dia anterior ao da ação, as responsáveis foram notificadas que haveria a presença dos profissionais do Centro de Referência em Infectologia de Sobral (CRIS).

Sendo assim, foi necessária uma reorganização e reestruturação da ação, uma vez que a equipe do CRIS estaria junto para a realização de testes de HIV e hepatite B, de modo a ser um potencial disparador de reações emocionais correlacionadas ao possível diagnóstico clínico. Ademais, mesmo diante do imprevisto, esse momento foi de valiosa importância, visto que propiciou a potencialidade de uma ação articulada com outros serviços. Ao invés de um círculo como havíamos planejado, quando chegamos, as mulheres já estavam dispostas no formato de meia lua com a justificativa de facilitar o fluxo de ir fazer a coleta e retornar para o grupo. No total, passaram pela casa de prostituição em média 40 (quarenta) mulheres, mas apenas 15 (quinze) permaneceram na roda de conversa, sendo que a maioria só ficava na roda enquanto aguardava ser chamada para realizar o teste. Vale ressaltar que nenhuma das mulheres que permaneceu na roda era de Sobral, sendo de distritos vizinhos, sendo unânime o discurso de

que as famílias não tinham conhecimento que elas vinham se prostituir, acreditando que trabalhavam em lojas e em “casa de família”.

No que diz respeito ao método da ação. Inicialmente, a liderança da ASTRAS apresentou as responsáveis pela ação, de modo a criar vinculação. Posteriormente, nos apresentamos e explicamos sobre a ação, de modo a propiciar um momento de diálogo em conjunto sem necessariamente seguir roteiros. Iniciamos distribuindo palavras-chave disparadoras pré-estabelecidas: família, violência, trabalho, medos, álcool e/ou outras drogas, preconceito, direitos, mulher, sexo e autoestima. Após isso, foi pedido para que as mulheres dialogassem sobre o que significavam essas palavras para elas.

Solicitamos que elas escolhessem a palavra que mais chamava atenção. No momento da escolha, fomos abordadas por uma mulher pedindo que as palavras fossem lidas para ela. Quando a palavra preconceito foi lida, ela perguntou o que significava, foi explicado que era quando ela sentia que alguém olhava diferente para ela ou quando ela se sentia rejeitada por ser uma profissional do sexo, imediatamente, ela afirmou que essa era sua palavra. Ela relatou o quanto se sentia inferior por perceber os olhares, pelo modo como se vestia, o perfume que usava e que sentia que, mesmo sua roupa não sendo “nua”, as pessoas sabiam que ela fazia programa (Diário de campo, 17/05/23).

Momento em que a dona da casa de prostituição revela que não era chamada para nada, que sentia muito preconceito, e que talvez as pessoas não a chamassem porque poderiam achar que ela levaria as meninas, a fala dela acabou dando força a outras narrativas, algumas mulheres também compartilharam da mesma sensação (momento em que me senti bastante atravessada, pois elas demonstravam o desejo de poder viver a vida como mulheres comuns, mas diante do ofício da prostituição se sentiam desprezadas). (Diário de campo, 17/05/23)

Algumas mulheres não quiseram participar.

As palavras mais disparadoras de narrativas foram: mulher, medo, preconceito e violência. Demonstramos no quadro a seguir a síntese.

Quadro 1 – Palavras disparadas

MULHER	Não se sentem inferior a outras mulheres pelo fato de serem profissionais do sexo, é de lá que tiram o sustento, muitas vezes, da família inteira.
MEDO	Medo de a família descobrir que são profissionais do sexo, medo de não conquistar seus sonhos.
PRECONCEITO	Percebem o preconceito das outras pessoas, em relação ao modo como se vestem, não são convidadas para nada.
VIOLÊNCIA	Seus corpos não são respeitados, os clientes se sentem no direito de cometer violência física pelo fato de estarem pagando.

Fonte: Dados da pesquisa

Foi possível perceber, a partir das narrativas, os sentimentos de invisibilidade e não lugar, como se, de alguma maneira, o fato de serem profissionais do sexo não lhes desse o direito de conviver nos mesmos espaços que as outras pessoas. O que nos faz lembrar das palavras de Monique Prada (2018, p. 35): “a sociedade quer que fiquemos no lugar que ela nos reservou, o único espaço possível para mulheres como nós: o espaço da precariedade, da exclusão, da marginalidade, da clandestinidade, da violência”. Isso também nos faz recordar da fala da profissional da Casa da mulher cearense: “ela prefere ser invisível” (Diário de Campo, 25/04/23).

Durante todo o momento da oficina, fomos interrompidas pela equipe do CRIS que sempre tinha algo a comentar, o que não facilitou nossa condução, pois as mulheres acabavam dispersando, e algumas não retornaram para a roda após a testagem.

Não foi muito fácil administrar esse momento, as mulheres entravam e saíam, e sempre a assistente social do CRIS vinha pra falar alguma coisa, me dando a sensação de que ela tinha que complementar minha fala, algumas vezes a liderança da Astras sinalizava que ela estava falando muito. (Diário de campo 17/05/23).

Em um desses momentos, uma das mulheres pediu para falar, disse que sabia que sua fala era a de todas que estavam ali, e pediu que a equipe fosse mais vezes na casa de prostituição, tanto para fazer as coletas quanto para a distribuição de preservativos, testes rápidos e medicações. Afirmou que se sentiam mais seguras na casa de prostituição, uma vez que ali estavam livres de julgamentos e preconceitos, além disso, ir até o dispositivo demandava delas muito tempo, prejudicando o trabalho. O profissional do CRIS informou que não seria possível, uma vez que não poderiam andar com as medicações e que elas precisariam entender que não eram “prioridade”. Além disso, informou que nesse caso teriam de esperar atendimento como qualquer outra pessoa.

Os serviços públicos precisam compreender o peso do estigma e o tempo que essas mulheres levam para decidir procurar os equipamentos, uma vez que já carregam o peso e o medo de serem julgadas por quem deveria acolher, algo que foi percebido ao longo desse momento. Elas entendem que ser atendida na casa de prostituição, onde se sentem seguras, proporcionaria um maior acolhimento. Isso nos faz pensar na ausência de flexibilidade dos serviços, e a quem o serviço serve. Butler (2015) nos diz que algumas vidas são vistas como menos dignas e a elas são distribuídas diferencialmente proteção e violência, demarcando, assim, quais vidas importam e quais não.

Ao final da ação fui abordada pela assistente social que relatou ter sido procurada por umas das mulheres que solicitou ser ouvida, e me indicou qual mulher seria. Convidei-a para conversar, e ela timidamente disse que teria de ser em um quarto, pois tinha muita gente no corredor e não teríamos privacidade. Achei que estava tudo bem e seguimos.

Enquanto caminhávamos, passamos pela equipe do CRIS, e eu imediatamente pude reconhecer a pessoa que me abordou de forma tão agressiva quando tentei marcar a primeira visita ao dispositivo. Ele estava sentado em uma cadeira embalada por um saco de lixo preto, as cadeiras do estabelecimento eram todas laranjas, e aquele preto gritava. Senti uma violência gigante, fiquei pensando na raiva, no incômodo que eu sentia e o como seria para essas mulheres aquele ato.

Entramos no quarto, sentei-me na cadeira de plástico; e ela, na cama. Enquanto ela mexia no celular para me mostrar as fotos, eu observava o quarto. Paredes brancas com algumas manchas, ventilador de parede e porta de madeira com algumas partes quebradas. Vizinho de onde eu estava sentada, havia uma porta aberta, mas que não consegui olhar o todo. Dentro do que pude ver, parecia um banheiro sem teto e tinha uma caixa d'água dessas de pvc azul e um pote vazio de margarina no chão. No quarto, a cama tinha uma base de alvenaria e o colchão já parecia bem velho, pude ver que, dentro do lixo, tinha um preservativo externo usado.

Essa mulher, durante a escuta, demonstrou-se bem vulnerável, de forma que foi possível perceber que ela não tem nenhuma rede de apoio em Sobral.

5.2 Segunda roda de conversa

Basicamente, o que quero dizer é que nós, trabalhadoras sexuais, na maioria das vezes somos apenas mulheres de origem humilde tentando escapar da pobreza. Em algum momento de nossa vida, o trabalho sexual – com todas as suas questões e a opressão que lhe é inerente – nos surgiu como uma boa opção, como a melhor possível entre poucas disponíveis. Cada uma de nós o exerce por motivos diferentes, e a maioria deles está ligado a questões financeiras. (Prada, 2018, p. 102).

Esse segundo momento aconteceu no dia 24 de maio de 2023, na Casa Madre Anna Rosa Gattorno, e estava programado para iniciar às 15h. Ao chegar no local, percebeu-se que já havia 01 (uma) das mulheres aguardando. O objetivo desse encontro seguia o mesmo propósito do anterior, que era o de criar vínculos e conhecer a história de vida das mulheres que, nesse caso, não se prostituíam mais. Para esse momento, planejamos uma fala livre, por meio da qual cada uma pudesse se apresentar e contar um pouco da sua história e depois aplicar

a atividade da árvore dos sonhos, que consistia em escrever, em uma tarjeta de papel, seus sonhos, para serem pregadas na árvore.

Iniciamos às 15h30 com 12 (doze) mulheres, a liderança da ASTRAS abriu o momento com uma fala, apresentou-nos e explicou que estávamos fazendo algumas atividades voltadas para as profissionais do sexo, e, em seguida, nos apresentamos e pedimos que cada uma fosse se apresentando, contando um pouco sobre sua história de vida.

A atividade envolveu 12 (doze) mulheres, sendo 01 (uma) mulher trans e 02 (duas) que ainda estavam trabalhando como profissionais do sexo (uma delas também estava na primeira roda de conversa). Das 12 (doze) mulheres, 06 (seis) eram negras, e nenhuma tinha o ensino médio completo, 03 (três) não sabiam ler e nem escrever, apenas 01 (uma) mulher recebia aposentadoria pelo INSS.

Quando abrimos para as falas, começaram a contar suas histórias. As narrativas começaram a cruzar com as das outras mulheres e, quando menos percebemos, o que era para ser uma fala individual, tornou-se uma fala coletiva. Algumas dessas mulheres estavam na prostituição no mesmo período, dessa forma, palavras como violência, rede de proteção, família, preconceito, religiosidade, ganharam muitas formas a partir das falas.

Começaram a contar suas histórias, dizendo o quanto era difícil viver na zona, por conta do preconceito e violência, e que tinham ido parar lá porque não tinham tido outra oportunidade, e que muitas não sabiam ler e que quando estavam no combate, contavam umas com as outras (Diário de campo 24/05/23).

Apresentamos a síntese no quadro a seguir

Quadro 2 – Palavras disparadas

VIOLÊNCIA	Episódios de violência doméstica
REDE DE PROTEÇÃO	Um cuidavam e protegiam umas às outras, citando também a liderança da ASTRAS, onde muitas vezes ofertou proteção e cuidado.
FAMÍLIA	Orgulho da família que haviam constituído, filhos, netos formados.
PRECONCEITO	Mesmo não estando mais na função ainda recebem o nome de rapariga
RELIGIÃO	Suporte para sair da prostituição.

Fonte: Dados da pesquisa

Compreendemos esse momento como uma grande contação de histórias, em que as mulheres precisaram não apenas revisitar suas memórias, mas também recontar a partir de outros elementos que eram trazidos no momento. Sousa e Cabral (2015) dizem que, a partir do caráter flexível da memória, tecida na relação com o outro, é possível que os sujeitos refaçam suas histórias partindo de suas lembranças, resistindo, de alguma forma, àquilo que os

incomoda, e cercado de certa fantasia acrescentando fatos do que desejaria que tivesse sido diferente. Ademais, é a partir das narrativas que ocorrem os processos de ressignificação e reelaboração, o que remete a estabelecer uma nova relação com a narrativa.

Dentre as mulheres do grupo, 01 (uma) relatou que havia sido dona de um cabaré, além disso, sinalizou o motivo de ter ido parar no combate¹¹, afirmando ser por falta de melhores oportunidades na vida. A possibilidade que tinha era a de trabalhar em casa de família, o que na época já não pagava bem e tinha-se a cultura de morar no trabalho. Hoje, ela se converteu ao cristianismo, não tendo filhos e nem companheiro. Por muitas vezes repetiu: “Até aqui Deus me ajudou”.

No que diz respeito aos motivos de entrarem na prostituição, apenas uma mulher relatou que foi por escolha, pelo fato de gostar de sexo, as demais relataram que foram para esse ramo por condições financeiras e por ausência de melhores oportunidades, sendo o trabalho doméstico a única outra opção. Vergès (2020) fala sobre o trabalho doméstico como parte daquilo que as mulheres devem fazer, assim como a produção de invisibilidade e vidas descartáveis a partir do capitalismo, um trabalho produzido, na maioria das vezes, por mulheres racializadas, refletindo para definição que ela apresenta em que a finalidade é a de manter ou aumentar a liberdade de outra pessoa.

Algumas são donas de casa, têm filhos, têm endereço fixo, mas se prostituem porque acham que é o único meio de vida que ela conhece, e é o meio mais fácil que ela acha pra ganhar a vida. Porque se um programa é 50,00 reais e ela faz 05 programas ela tem 250,00 reais, se ela for fazer uma faxina o dia *todim* ela não vai ganhar nem 100, se ela for fazer artesanato ela não vai ganhar nem 50 (Trecho entrevista Liderança 27.03/24).

Embora não seja o foco deste artigo falar sobre os trabalhos domésticos, é preciso considerar, esse tema ganhou destaque por ter sido uma fala recorrente dessas mulheres, inclusive foi o fato de não quererem se colocar nesse lugar de servidão com baixos salários que fez com que grande parte delas buscasse na prostituição melhores condições financeiras. Como apontado por Federici (2017), o fato de as mulheres receberem metade da remuneração dos homens, para a realização da mesma tarefa, se tornou um dos grandes responsáveis pela expansão da prostituição.

Após esse momento de compartilhamento de suas histórias, distribuimos tarjetas de papel e caneta para que elas escrevessem os seus sonhos e pregassem na nossa árvore dos sonhos, aquelas que não sabiam escrever foram ajudadas por nós. Dentre os sonhos escritos,

¹¹ Termo que indica o fazer da prostituição (se prostituir).

surgiram: saúde para família, ganhar na Mega-Sena (foi sonho da maioria), livrar a família da condenação eterna, saúde para o companheiro. Percebemos que falar sobre sonhos para si não foi acessado por elas, pois eram sonhos que contemplavam sua família ou entes queridos.

Finalizamos esse momento com um café preparado pela liderança da ASTRAS, o qual tivemos como uma continuidade daquele momento, pois a contação de histórias continuou e elas pediram que encontros como aquele acontecessem mais vezes.

6 ENTREVISTA LIDERANÇA DA ASTRAS

A entrevista com a liderança da ASTRAS aconteceu no dia 27/03/24, e teve uma duração de 27 minutos, sendo gravada e transcrita posteriormente. Falamos sobre a importância da associação, pois, como já visto até aqui, as mulheres não acessam os dispositivos das políticas públicas, então a Associação atua nessa mediação, tanto nos encaminhamentos para exames, como também na distribuição de preservativos e ações voltadas para a profissional do sexo.

Porém, a associação está em fase de encerramento de suas atividades, uma vez que a secretaria de saúde cancelou a verba que era destinada para sua manutenção.

O pior golpe que a Astras sofreu foi nesse atual governo, de retirar uma mísera parcela de contribuição de mil reais, que era o que sustentava a casa pelo menos pra gente ter uma sede, que sem sede não se tem projetos, a gente não pode avançar. Eu não posso fazer um projeto para a secretaria de saúde, eu não posso fazer um projeto pra Alemanha ou qualquer outra instituição que trabalhe com esse público, porque nós não temos sede. Por que que não temos sede? Por que não temos dinheiro pra pagar o aluguel? Não é justo que uma pessoa que trabalhe voluntariamente ainda tenha que tirar do seu bolso para pagar pra poder Sobral dizer, há temos uma política, não temos política nenhuma, nenhuma (Liderança Astras).

É só quando acessamos esse campo que se percebe a importância da ASTRAS para essas mulheres. Mesmo que as profissionais do sexo não procurem a Associação, esta vai até elas. Em vários momentos, pude perceber essa importância, desde quando fui à casa de prostituição pela primeira vez, quando acompanhei a distribuição de preservativos e lubrificantes. Além disso, pude observar as profissionais do sexo pedindo que o CRIS fosse também até elas para fazer a testagem.

Quando perguntamos sobre a percepção dela sobre a atuação do poder público no cuidado com as profissionais do sexo, a entrevistada relatou:

O que tende a acontecer, principalmente aqui no município de Sobral e com o fechamento da Astras é que ela perca o acesso ao preservativo como ela precisa. Ela

de precisa de preservativo, mas ela nem sempre vai pegar. O tanto que uma pessoa casada precisa por semana, ela precisa para 01 dia, né? Não posso dizer que ela é comum. Ela não pode chegar lá no posto de saúde, ou seja, lá onde for, CRIS ou PSF e dizer assim “olha eu tô precisando de 300 preservativos, não tem quem vá dar a ela, vão dar 3 tirinhas, 3 tirinhas ela usa em uma noite, um dia, né? 3 tirinhas ela vai usar, a mulher comum ela pode comprar um gel, e passar 06 meses sem, sem... né? Bastante tempo, a trabalhadora do sexo precisa do gel, com muito mais frequência do que outra mulher, tendeu? Então assim, a meu ver, a meu ver, tem que haver uma política que proteja essa mulher não quando ela esteja doente, mas antes do adoecer dela (Liderança Astras).

Sobre os dados trazidos até aqui, acerca da ausência do olhar e do cuidado, sobretudo do município, se os serviços não chegam até essas mulheres, e elas não têm acesso ao direito de proteção e prevenção, a quem recorrer, uma vez que a associação que faz essa mediação está finalizando suas atividades?

E acrescenta:

As dificuldades maiores são o acesso delas aos programas de saúde, porque como eu coloquei, eu vou pegar uma mulher comum e vou pegar uma trabalhadora do sexo, todas duas tem o mesmo direito de procurar o posto, só que uma procura e vai embora, e a outra tem necessidade quase que diária e não tem, e não tem quem esteja lá pra tá dando informação a ela, muitas vezes elas são discriminadas dentro dos postos, muitas vezes, não é só uma vez não, a questão de pegar o preservativo é uma, a questão de ter, é... como eu posso te dizer, de se identificar de chegar e olha eu sou trabalhadora do sexo nenhuma quer se identificar assim, eu preciso de 10 preservativos diário, ou 5 preservativo diário, elas não tem esse tanto de preservativo pra receber dentro dos postos de saúde de Sobral, não tem! (Liderança Astras)

Ainda sobre a importância da prevenção e informação:

As dificuldades que são postas as elas principalmente em relação a prevenção, não só a aids como outras infecções tanto visto que tá aí um monte de menino nascendo com sífilis, por que que nasce com sífilis? Porque a mãe lá na sua gestação adquiriu ou bem antes da gestação, nunca cuidou, não é explicado não é entendido por ela que tem que fazer pré-natal bem-feito com consultas mensais, isso quem faz são outras pessoas, o posto de saúde não vai pra dentro do cabaré (Liderança Astras).

As vivências das prostitutas são permeadas por uma série de dificuldades, as quais dificultam a assistência às políticas públicas. Como visto com Silva, Sampaio e Mélo (2022) no campo das políticas públicas da saúde, estas, muitas vezes, têm as suas existências resumidas à sexualidade, pois os serviços ofertados se limitam à distribuição de preservativos, à oferta de laqueadura e planejamento familiar. Assim, elas são estigmatizadas não só pela sociedade, mas também pelo Estado, sofrendo uma série de violências institucionais.

De acordo com Tabuchi e Santos (2020), ao buscarmos por políticas públicas voltadas para esse público, não encontramos nada além de orientações sobre as questões relacionadas à sexualidade, sendo inexistentes propostas voltadas ao combate da violência contra as

profissionais do sexo, além da ausência de indicadores sobre a violência sofrida por elas. Sendo assim, compreende-se o envolvimento tanto das dimensões culturais e simbólicas da violência contra a mulher, assim como as dimensões territoriais/urbanas e institucionais diante dessa invisibilidade por parte do Estado e da sociedade civil.

Sobre sua percepção acerca da violência, preconceito sofrido e enfrentado pelas profissionais do sexo:

A violência, hoje em dia elas já sabem que tem a lei Maria da Penha, elas já sabem, quando elas sofrem elas vão, mas elas vão como mulher e não como trabalhadora do sexo, e poucas vão, poucas vão. Uma das grandes violências que eu percebo é a violência quando a pessoa não quer pagar o programa e eles discutem e vão as vias de fato, outra coisa é em relação a perspectiva do que aquilo seja uma violência a visão dela... é perceber que aquilo é violência, muitas vezes ela não percebe ela acha que é um fato comum, e é uma violência. A diferença da violência sofrida pela mulher casada e pra mulher trabalhadora é o seguinte, a mulher casada ela pode apanhar mas ela vai atrás e só de um único homem, a trabalhadora não, ela pode levar pra duas, três vezes; e uma das coisas que tá muito relacionado a essa violência hoje, é o uso indevido de drogas, porque fazem o consumo de drogas, eu sempre digo: antigamente tinha as cafetinas, hoje tem os traficantes, então tem algumas tem uso de drogas e tem que pagar. E quando não paga morre, quando não paga apanha, pra isso vai.

Prada (2018) já anunciava que o feminismo chegou ao puteiro, e não foi graças às feministas conservadoras. Com a ausência da proteção institucional, essas mulheres criam suas próprias redes de cuidado e proteção. Sobre isso, de acordo com Silva (2014), fica implícito que na zona existe muito mais que programa, a zona é o encontro das mais variadas expressões e articulações, assim como oportunidades de agregação e criação de diálogos. Essas mulheres carregam marcas de relações desiguais, mas elas se reinventam.

Podemos pensar também, como nos aponta Patriarca (2018), na ambivalência da figura da cafetina/cafetão, que, de alguma forma, protege essas mulheres, garantindo a segurança no ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que se coloca como figura de autoridade. Olhando tais relações, as fronteiras entre a cafetina má e a dona de casa de prostituição que cuida formam uma zona borrada e nebulosa. Dessa forma, essas mulheres vão criando códigos a partir desses lugares, assim como as relações de afeto, sororidade, chegando ao que Piedade (2017) chama de “dororidade”, que significa a cumplicidade entre mulheres negras, pois é sabido que existem dores que só as mulheres negras reconhecem, por isso trazemos também esse conceito tendo em vista que a sororidade não vai alcançar todas as experiências vividas por mulheres em seu existir histórico.

Redes de afetos são criadas entre as prostitutas, bem como com o cafetão/cafetina, as quais possibilitam a criação de um suporte, tendo em vista que, em sua maioria, as famílias não sabem sobre a profissão que exercem, vivendo assim uma vida dupla. Conforme Patriarca

(2018), essas relações são de fundamental importância no cotidiano dessas mulheres, tendo em vista que algumas não sabem ler, não sabem calcular e acabam contando com a ajuda uma das outras para sobreviver, existindo, assim, de forma simultânea, relações de rivalidade e apoio.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado ao longo deste estudo, não conseguimos o resultado esperado na versão que foi apresentada na qualificação, pois, diante do planejado, chegaríamos neste momento com 03 (três) entrevistas realizadas: profissional do sexo em atividade, profissional do sexo aposentada e liderança da Astras. Além disso, destacamos o momento de autocuidado, que seria composto pelas estações de cuidado (nutricionista, dermatologista, educadores físicos, oficina de automaquiagem e redução de danos), para qual já tinham sido feitas as parcerias para a realização desse momento.

Dentre as tantas angústias produzidas pela não realização do proposto, a maior delas foi a não realização desse momento de autocuidado, pois já estava planejado e articulado, faltando apenas a captação de recursos financeiros. Perceber e aceitar que não seria posto em prática, que não aconteceria, foi como a sensação de não ter conseguido entregar o principal objetivo deste programa de mestrado: devolver algo para a população que estudei. Além disso, perceber que esse público em específico, como já citado, precisa de permanência da pesquisadora, das relações que se movem com muita fluidez, bem como entrar nesse campo é saber que sempre nos depararemos com novas mulheres. Assim, é preciso presença diária, e não falo aqui de estar todos os dias, mas manter frequência, é necessário manutenção desses vínculos para que não se fragilizem. Essa foi uma das lições mais importantes que recebi e carrego para futuros estudos com essa população. Compreendo que o campo nos possibilitou experienciar e aprender.

As mulheres visíveis, tidas como invisíveis, precisaram construir formas de se proteger mesmo daqueles que ofertam possibilidades de cuidado. Isso se apresenta como uma urgência, um olhar humanizado do município/Estado na elaboração de estratégias de cuidado e de políticas públicas voltadas para esse público. Essa é a nossa forma de perceber que um olhar diferente promoverá uma mudança no sentido de um cuidado ampliado, pois, quando a violência contra essas mulheres entrar nas estatísticas, elas serão vistas.

Comprendemos a grandeza desses momentos vivenciados a partir dessas experiências, as quais contaram não apenas com os instantes vividos com essas mulheres, mas também com toda a preparação que antecedeu as visitas à associação e à casa de prostituição, bem como com as reuniões de grupo para a preparação desses momentos, o compartilhamento das angústias

provocadas pelo campo, assim como a sensação diante da impotência imposta pelos limites das fronteiras. Até onde poderíamos ir? Estar no campo é, sobretudo, estar atenta às convocações, as quais, por muitas vezes, foram simbólicas: “queria conversar com você”, “você é mãe?”, “você pode explicar o significado dessa palavra?”, “quando vocês vêm de novo?”.

Percebemos que, mesmo com um planejamento prévio, não foi possível cumprir como estava no papel, o que entendemos como uma forma de produção de sentidos do campo, que não foram os nossos sentidos, mas das mulheres. Elas foram dando um outro contorno a partir do momento que demonstraram não apenas desejo, mas disponibilidade de fala. As duas rodas de conversa ultrapassaram o tempo que havia sido combinado, e foi aí que sentimos o quanto é necessário possibilitar esses espaços de trocas.

Percebemos que elas não acessam os dispositivos de saúde, e que tal fato não se dá pela “escolha da invisibilidade”, mas sim por não se permitirem ser mais violentadas do que já são. Diante do peso do estigma e da ausência de políticas de proteção e cuidado para essas mulheres cada vez mais as redes de afeto e proteção na zona se fortalecem, um ato de resistência e reinvenção de novos outros modos de resistir para poder existir, a tal da invisibilidade escolhida pelo fato de não saírem publicando que são prostitutas, ou mesmo ao acessar os dispositivos não se nomearem como profissionais do sexo é uma tentativa de se protegerem muitas vezes de olhares e de julgamentos.

Me chega agora no pensamento uma fala de Sojourner Truth que sempre me atravessa quando leio, ou escrevo sobre mulheres que se prostituem: “E eu não sou uma mulher?”; uma mulher igual nós que construímos essa pesquisa, mas não como nós, não falamos do mesmo lugar, mas sinto que conviver com essas mulheres me fez sentir “com elas”, preconceitos, sonhos, amor, dinheiro, família, violência e esperança de uma vida melhor. Temos muito a fazer nesse lugar, compreendo que aquilo que nos atravessa e nos mobiliza se torna nosso também, é da nossa conta e sendo assim, vejo como uma convocação do campo, não se tratando de fazer para, mas fazer com, caminhos que a psicologia andarilha nos permite percorrer, esse fazer para além do setting, esse chegar junto e a partir da necessidade apresentada propor estratégias que façam sentido para essas mulheres.

REFERÊNCIAS

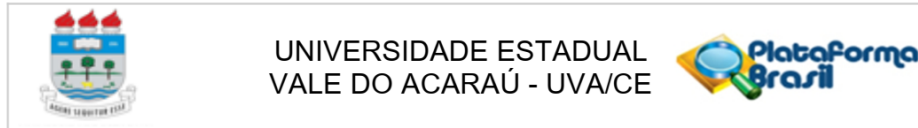
Aguiar, K. F. , Rocha, M. L. (2007). Micropolítica e o exercício da pesquisa intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(4).

Akotirene, C. (2022). *Interseccionalidade*. Editora Jandaíra.

- Brasil. (2012). *Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012*. Ministério da Saúde. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passiva de luto?* Civilização Brasileira.
- Cavalcante, C. S. (2016). *Sobre Nós (des)organizados Pesquisa-intervenção em psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans* na UFPE*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Pernambuco
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 35(2) 57-63. <https://periodicos.fgv.br/rae/issue/view/35-2>
- Grant, G. M. (2021). *Dando uma de puta: a luta de classes das profissionais do sexo*. Autonomia Literária.
- Kroeff, R. F. S., Gavillon, P. Q., & Ramm, L. V. (2020). Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2(1). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000200005
- Leite, G. (2009). *Filha, mãe, avó e Puta*. (1ª ed.). Objetiva.
- Lüdke, M. (1986). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. EPU.
- Maciel, L., Schneider, J., Chambart, D., & Grassi-Oliveira, R. (2020). Percepções de profissionais sobre atendimentos em saúde para mulheres usuárias de crack. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40(1). <https://www.scielo.br/j/pcp/a/76g33BpJfYv4QTXgFnyk7Cq/?lang=pt#>
- Maia, M. B.; Chacham, A. S.; Lopes, A. F. C. (2002). Profissionais do sexo e saúde. *Jornal da Rede Feminista de Saúde*, 1(25), 13-17.
- Manzine, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. Em: Universidade Estadual de São Paulo. (Eds.). *Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos*. Unesp. https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf
- Michaelis. (2024). *Andarilho*. Dicionário eletrônico Michaelis da língua portuguesa. <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=andarilho>
- Moira, A. (2018). *E se eu fosse pura*. Hoo Editora.

- Patriarca, L. (2018). Donas de casa de prostituição: sobre as violências. *Brazilian Journal of Empirical Legal Studies*, 5(3) 212-223. <https://reedrevista.org/reed/article/view/379>
- Piedade, V. (2017). *Dororidade*. Editora Nós.
- Prada, M. (2018). *Putafeminista*. Veneta.
- Quadros, L. (2023). Experiências estrangeiras: passos gestálticos de uma psicologia andarilha na clínica com pessoas em situação de refúgio. Em L. Frazão, & K. Fukumitsu. (Eds.). *Diversidade, violência, sofrimento e inclusão em Gestalt-terapia*. (p. 51-69), Summus.
- Ribeiro, D. (2019). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.
- Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 44-52. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006>
- Silva, L. (2014). Implicações psicossociais da violência nos modos de vida de prostitutas pobres. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Ceará. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/67104/3/2022_tese_lbsilva.pdf
- Silva, L. B. da, Sampaio, J. V., & Mélo, R. P. (2022). “Cuida!”: práticas de cuidado em saúde com mulheres trabalhadoras do sexo. *Revista Polis e Psique*, 12(1), 267–91. <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/111468>.
- Silva, L., & Ximenes, V. (2017). Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza/CE. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 14(1) 176-194. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2017v14n1p176>
- Sousa, M. G. S., & Cabral, C. L. O. (2015). A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. *Horizontes*, 33(2). <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/149>
- Spink, J. P., & Lima, H. (2013). Rigor e visibilidade. Em J. P. Spink (Ed.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Academia. https://www.academia.edu/37485408/SPINK_Mary_Jane_Pr%C3%A1ticas_Discursivas_e_Produ%C3%A7%C3%A3o_de_Sentido_no_Cotidiano
- Tabuchi, M., & Santos, A. (2020). *Violência e prostituição: reflexões acerca da omissão estatal no Brasil*. (1st ed., pp. 75-88). Captura Crítica.
- Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. Ubu editora.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "E EU NÃO SOU UMA MULHER?": A INVISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA PELA MULHER QUE SE PROSTITUI NA CIDADE DE SOBRAL/CE

Pesquisador: ROBERTA DE FATIMA ROCHA SOUSA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74729523.7.0000.5053

Instituição Proponente: Instituto de Estudos de Pesquisas do Vale do Acaraú

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

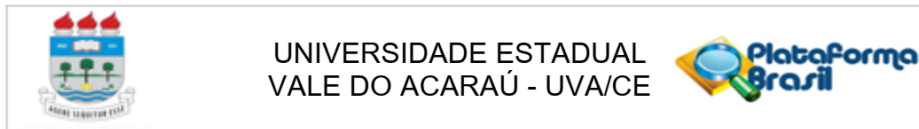
Número do Parecer: 6.662.189

Apresentação do Projeto:

O projeto "E eu não sou mulher?" A invisibilidade da violência sofrida pela mulher que se prostitui na cidade de Sobral - CE, consiste numa investigação que pretende dialogar com as mulheres que se prostituem dentro dos cabarés, em parceria com a ASTRAS. Pretende-se uma amostra de 03 (três) mulheres participantes da pesquisa: a) uma profissional do sexo que esteja trabalhando; b) uma das lideranças das profissionais do sexo da cidade de Sobral; c) uma profissional do sexo aposentada.

o. A justificativa do projeto se dá por conta da invisibilidade da prostituição para o Estado é percebida na ausência de políticas públicas para o enfrentamento da violência voltada para esse público em específico, e a ausência de indicadores de violência contra essa categoria profissional. Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as diferentes vivências de violência sofridas pelas prostitutas em sua história de vida. Utilizaremos como referencial teórico metodológico a pesquisa-intervenção-implicação, a coleta de dados será realizada a partir de entrevistas narrativas individuais com 03 (três) mulheres - a liderança da Associação Sobralense das Trabalhadoras do Sexo, uma profissional do sexo em atividade e uma aposentada. A análise dos dados será realizada através dos estudos sobre práticas discursivas e produção de sentidos e teorias feministas.

Endereço: Av Comandante Maurocílio Rocha Ponte, 150			
Bairro: Derby		CEP: 62.041-040	
UF: CE	Município: SOBRAL		
Telefone: (88)3677-4255	Fax: (88)3677-4242	E-mail: cep_uva@uvanet.br	



Continuação do Parecer: 6.662.189

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as diferentes vivências de violência sofridas pelas profissionais do sexo em sua história de vida.

Objetivo Secundário:

Identificar os tipos de violências que as mulheres que se prostituem sofrem;

Compreender o que as mulheres que se prostituem entendem por violência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Com relação aos riscos e benefícios desta pesquisa, ressaltamos como risco a possibilidade de algum desconforto com relação alguns conteúdos pontuados nas entrevistas. De forma que será explicado antes da mesma acontecer que a qualquer momento diante de qualquer desconforto a entrevista poderá ser interrompida.

Benefícios:

Destacamos a inexistência de benefícios diretos às participantes. Porém, pode-se mensurar benefícios indiretos no que concerne à reflexão de recontar suas histórias, pois requer uma revisitação às memórias como maneira de reconstruir as histórias de vida possibilitando uma construção de sentidos de identidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A amostra da pesquisa é mínima ou até insignificante. Seria mais interessante à pesquisa se fosse narrativa em termos de história de vida ou relato de caso.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende às exigências

Recomendações:

Ampliar a amostra da pesquisa.

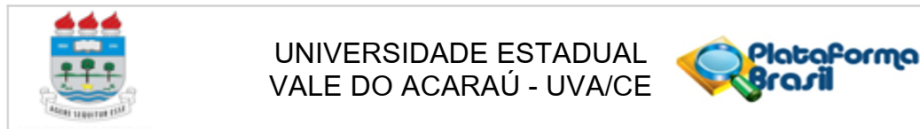
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av Comandante Maurocélvio Rocha Ponte, 150	
Bairro: Derby	CEP: 62.041-040
UF: CE	Município: SOBRAL
Telefone: (88)3677-4255	Fax: (88)3677-4242
	E-mail: cep_uva@uvanet.br



Continuação do Parecer: 6.662.189

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2223029.pdf	05/10/2023 15:58:55		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	05/10/2023 15:58:37	ROBERTA DE FATIMA ROCHA SOUSA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2223029.pdf	04/10/2023 10:53:55		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	04/10/2023 10:53:05	ROBERTA DE FATIMA ROCHA SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	30/09/2023 21:11:02	ROBERTA DE FATIMA ROCHA SOUSA	Recusado
Outros	TERMO_DE_AUTORIZACAO_PARA_REALIZACAO_DA_PESQUISA.pdf	30/09/2023 21:09:10	ROBERTA DE FATIMA ROCHA SOUSA	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia.pdf	30/09/2023 21:04:56	ROBERTA DE FATIMA ROCHA SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	30/09/2023 21:01:40	ROBERTA DE FATIMA ROCHA SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SOBRAL, 21 de Fevereiro de 2024

Assinado por:
Eroteide Leite de Pinho
(Coordenador(a))

Endereço: Av Comandante Maurocélvio Rocha Ponte, 150
Bairro: Derby **CEP:** 62.041-040
UF: CE **Município:** SOBRAL
Telefone: (88)3677-4255 **Fax:** (88)3677-4242 **E-mail:** cep_uva@uvanet.br

ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos, para os devidos fins, que damos anuência a pesquisadora Roberta de Fátima Rocha Sousa a desenvolver a pesquisa “E eu não sou uma mulher?: A invisibilização da violência sofrida pela mulher que se prostitui na cidade de Sobral/Ce.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais das participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Sobral, 27 de setembro de 2023.

Prof. Mário Áureo Gomes Moreira
Diretor
Campus da UFC em Sobral

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Mário Áureo", is written over the printed name and title.



Prof. Mário Áureo Gomes
Moreira Diretor

ANEXO C – FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL – CRIS

República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde

SINAN
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO
FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL

Nº

Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar (física, psicológica/moral, financeira/econômica, negligência/abandono), sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, pessoa com transtorno, indígenas e população LGBT.

Dados Gerais	1 Tipo de Notificação 2 - Individual		2 Agravo/doença VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA		Código (CID10) Y09	3 Data da notificação		
	4 UF	5 Município de notificação			Código (IBGE)			
	6 Unidade Notificadora <input type="checkbox"/> 1- Unidade de Saúde <input type="checkbox"/> 2- Unidade de Assistência Social <input type="checkbox"/> 3- Estabelecimento de Ensino <input type="checkbox"/> 4- Conselho Tutelar <input type="checkbox"/> 5- Unidade de Saúde Indígena <input type="checkbox"/> 6- Centro Especializado de Atendimento à Mulher <input type="checkbox"/> 7- Outros <input type="checkbox"/>							
Dados de Residência	7 Nome da Unidade Notificadora				Código Unidade		9 Data da ocorrência da violência	
	8 Unidade de Saúde				Código (CNES)			
	10 Nome do paciente							
Notificação Individual	12 (ou) Idade <input type="checkbox"/> 1 - Hora <input type="checkbox"/> 2 - Dia <input type="checkbox"/> 3 - Mes <input type="checkbox"/> 4 - Ano <input type="checkbox"/>		13 Sexo <input type="checkbox"/> M - Masculino <input type="checkbox"/> F - Feminino <input type="checkbox"/> I - Ignorado		14 Gestante <input type="checkbox"/> 1-1º Trimestre <input type="checkbox"/> 2-2º Trimestre <input type="checkbox"/> 3-3º Trimestre <input type="checkbox"/> 4- Idade gestacional <input type="checkbox"/> Ignorada <input type="checkbox"/> 5- Não <input type="checkbox"/> 6- Não se aplica <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/>		15 Raça/Cor <input type="checkbox"/> 1- Branca <input type="checkbox"/> 2- Preta <input type="checkbox"/> 3- Amarela <input type="checkbox"/> 4- Parda <input type="checkbox"/> 5- Indígena <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/>	
	16 Escolaridade <input type="checkbox"/> 0- Analfabeto <input type="checkbox"/> 1-1ª a 4ª série incompleta do EF (antigo primário ou 1º grau) <input type="checkbox"/> 2-4ª série completa do EF (antigo primário ou 1º grau) <input type="checkbox"/> 3-5ª a 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau) <input type="checkbox"/> 4- Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau) <input type="checkbox"/> 5- Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau) <input type="checkbox"/> 6- Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau) <input type="checkbox"/> 7- Educação superior incompleta <input type="checkbox"/> 8- Educação superior completa <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/> 10- Não se aplica <input type="checkbox"/>							
	17 Número do Cartão SUS				18 Nome da mãe			
Dados de Residência	19 UF		20 Município de Residência		Código (IBGE)		21 Distrito	
	22 Bairro		23 Logradouro (rua, avenida,...)				Código	
	24 Número		25 Complemento (apto., casa, ...)				26 Geo campo 1	
	27 Geo campo 2		28 Ponto de Referência				29 CEP	
	30 (DDD) Telefone		31 Zona <input type="checkbox"/> 1 - Urbana <input type="checkbox"/> 2 - Rural <input type="checkbox"/> 3 - Periurbana <input type="checkbox"/> 9 - Ignorado		32 País (se residente fora do Brasil)			
	Dados Complementares							
	33 Nome Social				34 Ocupação			
Dados da Pessoa Atendida	35 Situação conjugal / Estado civil <input type="checkbox"/> 1 - Solteiro <input type="checkbox"/> 2 - Casado/união consensual <input type="checkbox"/> 3 - Viúvo <input type="checkbox"/> 4 - Separado <input type="checkbox"/> 8 - Não se aplica <input type="checkbox"/> 9 - Ignorado <input type="checkbox"/>							
	36 Orientação Sexual <input type="checkbox"/> 1-Heterossexual <input type="checkbox"/> 2-Homossexual (gay/lésbica) <input type="checkbox"/> 3-Bissexual <input type="checkbox"/> 8-Não se aplica <input type="checkbox"/> 9-Ignorado <input type="checkbox"/>		37 Identidade de gênero: <input type="checkbox"/> 1-Travesti <input type="checkbox"/> 2-Mulher Transsexual <input type="checkbox"/> 3-Homem Transsexual <input type="checkbox"/> 8-Não se aplica <input type="checkbox"/> 9-Ignorado <input type="checkbox"/>					
	38 Possui algum tipo de deficiência/ transtorno? <input type="checkbox"/> 1-Sim <input type="checkbox"/> 2- Não <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/>							
Dados da Ocorrência	39 Se sim, qual tipo de deficiência /transtorno? <input type="checkbox"/> Deficiência Física <input type="checkbox"/> Deficiência intelectual <input type="checkbox"/> Deficiência visual <input type="checkbox"/> Deficiência auditiva <input type="checkbox"/> Transtorno mental <input type="checkbox"/> Transtorno de comportamento <input type="checkbox"/>		39 Se sim, qual tipo de deficiência /transtorno? <input type="checkbox"/> 1-Sim <input type="checkbox"/> 2- Não <input type="checkbox"/> 8-Não se aplica <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/>					
	40 UF		41 Município de ocorrência		Código (IBGE)		42 Distrito	
	43 Bairro		44 Logradouro (rua, avenida,...)				Código	
	45 Número		46 Complemento (apto., casa, ...)				47 Geo campo 3	
	48 Geo campo 4		49 Ponto de Referência		50 Zona <input type="checkbox"/> 1 - Urbana <input type="checkbox"/> 2 - Rural <input type="checkbox"/> 3 - Periurbana <input type="checkbox"/> 9 - Ignorado		51 Hora da ocorrência (00:00 - 23:59 horas)	
	52 Local de ocorrência <input type="checkbox"/> 01 - Residência <input type="checkbox"/> 02 - Habitação coletiva <input type="checkbox"/> 03 - Escola <input type="checkbox"/> 04 - Local de prática esportiva <input type="checkbox"/> 05 - Bar ou similar <input type="checkbox"/> 06 - Via pública <input type="checkbox"/> 07 - Comércio/serviços <input type="checkbox"/> 08 - Indústrias/construção <input type="checkbox"/> 09 - Outro <input type="checkbox"/> 99 - Ignorado <input type="checkbox"/>		53 Ocorreu outras vezes? <input type="checkbox"/> 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não <input type="checkbox"/> 9 - Ignorado <input type="checkbox"/>		54 A lesão foi autoprovocada? <input type="checkbox"/> 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não <input type="checkbox"/> 9 - Ignorado <input type="checkbox"/>			

SVS 03.06.2015

Violência	55 Essa violência foi motivada por: <input type="checkbox"/> 01-Sexismo <input type="checkbox"/> 02-Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia <input type="checkbox"/> 03-Racismo <input type="checkbox"/> 04-Intolerância religiosa <input type="checkbox"/> 05-Xenofobia <input type="checkbox"/> 06-Conflito geracional <input type="checkbox"/> 07-Situação de rua <input type="checkbox"/> 08-Deficiência <input type="checkbox"/> 09-Outros <input type="checkbox"/> 88-Não se aplica <input type="checkbox"/> 99-Ignorado		
	56 Tipo de violência <input type="checkbox"/> 1- Sim <input type="checkbox"/> 2- Não <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Tráfico de seres humanos <input type="checkbox"/> 57 Meio de agressão <input type="checkbox"/> 1- Sim <input type="checkbox"/> 2- Não <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Psicológica/Moral <input type="checkbox"/> Financeira/Econômica <input type="checkbox"/> Intervenção legal <input type="checkbox"/> Força corporal/espancamento <input type="checkbox"/> Obj. perfuro-coriante <input type="checkbox"/> Arma de fogo <input type="checkbox"/> Tortura <input type="checkbox"/> Negligência/Abandono <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Enforcamento <input type="checkbox"/> Substância/Obj. quente <input type="checkbox"/> Ameaça <input type="checkbox"/> Sexual <input type="checkbox"/> Trabalho infantil <input type="checkbox"/> Obj. contundente <input type="checkbox"/> Envenenamento, Intoxicação <input type="checkbox"/> Outro		
Violência Sexual	58 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? <input type="checkbox"/> 1- Sim <input type="checkbox"/> 2- Não <input type="checkbox"/> 8 - Não se aplica <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Assédio sexual <input type="checkbox"/> Estupro <input type="checkbox"/> Pornografia infantil <input type="checkbox"/> Exploração sexual <input type="checkbox"/> Outros		
	59 Procedimento realizado <input type="checkbox"/> 1- Sim <input type="checkbox"/> 2- Não <input type="checkbox"/> 8 - Não se aplica <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Profilaxia DST <input type="checkbox"/> Profilaxia Hepatite B <input type="checkbox"/> Coleta de sêmen <input type="checkbox"/> Contracepção de emergência <input type="checkbox"/> Profilaxia HIV <input type="checkbox"/> Coleta de sangue <input type="checkbox"/> Coleta de secreção vaginal <input type="checkbox"/> Aborto previsto em lei		
Dados do provável autor da agressão	60 Número de envolvidos <input type="checkbox"/> 1 - Um <input type="checkbox"/> 2 - Dois ou mais <input type="checkbox"/> 9 - Ignorado	61 Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida <input type="checkbox"/> 1-Sim <input type="checkbox"/> 2-Não <input type="checkbox"/> 9-Ignorado <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Ex-Cônjuge <input type="checkbox"/> Amigos/conhecidos <input type="checkbox"/> Policial/agente da lei <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Namorado(a) <input type="checkbox"/> Desconhecido(a) <input type="checkbox"/> Própria pessoa <input type="checkbox"/> Padrasto <input type="checkbox"/> Ex-Namorado(a) <input type="checkbox"/> Cuidador(a) <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Madrasta <input type="checkbox"/> Filho(a) <input type="checkbox"/> Patrão/chefe <input type="checkbox"/> Pessoa com relação institucional <input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Irmão(ã) <input type="checkbox"/>	62 Sexo do provável autor da agressão <input type="checkbox"/> 1 - Masculino <input type="checkbox"/> 2 - Feminino <input type="checkbox"/> 3 - Ambos os sexos <input type="checkbox"/> 9 - Ignorado 63 Suspeita de uso de álcool <input type="checkbox"/> 1- Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não <input type="checkbox"/> 9- Ignorado
	64 Ciclo de vida do provável autor da violência: <input type="checkbox"/> 1-Criança (0 a 9 anos) <input type="checkbox"/> 3-Jovem (20 a 24 anos) <input type="checkbox"/> 4- 5-Pessoa idosa (60 anos ou mais) <input type="checkbox"/> 2-Adolescente (10 a 19 anos) <input type="checkbox"/> Pessoa adulta (25 a 59 anos) <input type="checkbox"/> 9-Ignorado		
Encaminhamento	65 Encaminhamento: <input type="checkbox"/> 1-Sim <input type="checkbox"/> 2-Não <input type="checkbox"/> 9-Ignorado <input type="checkbox"/> Rede da Saúde (Unidade Básica de Saúde,hospital,outros) <input type="checkbox"/> Conselho do Idoso <input type="checkbox"/> Delegacia de Atendimento à Mulher <input type="checkbox"/> Rede da Assistência Social (CRAS, CREAS, outras) <input type="checkbox"/> Delegacia de Atendimento ao Idoso <input type="checkbox"/> Outras delegacias <input type="checkbox"/> Rede da Educação (Creche, escola, outras) <input type="checkbox"/> Centro de Referência dos Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Justiça da Infância e da Juventude <input type="checkbox"/> Rede de Atendimento à Mulher (Centro Especializado de Atendimento à Mulher, Casa da Mulher Brasileira, outras) <input type="checkbox"/> Ministério Público <input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input type="checkbox"/> Conselho Tutelar <input type="checkbox"/> Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente		
	66 Violência Relacionada ao Trabalho <input type="checkbox"/> 67 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) <input type="checkbox"/> 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não <input type="checkbox"/> 9 - Ignorado <input type="checkbox"/> 1- Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não <input type="checkbox"/> 8 - Não se aplica <input type="checkbox"/> 9- Ignorado <input type="checkbox"/> 68 Circunstância da lesão <input type="checkbox"/> CID 10 - Cap XX		
Dados finais	69 Data de encerramento		
	Informações complementares e observações		
Nome do acompanhante _____ Vínculo/grau de parentesco _____ (DDD) Telefone _____			
Observações Adicionais: _____ _____ _____			
TELEFONES ÚTEIS Disque-Saúde 0800 61 1997 Central de Atendimento à Mulher 180 Disque-Denúncia - Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 100			
Notificador	Município/Unidade de Saúde _____		Cód. da Unid. de Saúde/CNES _____
	Nome _____	Função _____	Assinatura _____
Violência interpessoal/autoprovocada Sinan SVS 03.06.2015			

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO (LIDERANÇA ASTRAS)

1. Dados pessoais

Raça/cor: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena

Gênero: () Mulher Cis () Mulher Trans () Não binária

Idade: _____ Renda R\$ _____

Estado civil: () Solteira () Casada () Separada () União Estável () Viúva

Tem filhos? ____ Quantos? _____

2. Qual sua naturalidade (cidade e estado onde nasceu)

3. Reside em Sobral?

() Sim

() Não. Qual cidade? _____

4. Qual seu nível de escolaridade?

() Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental

() Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental

() Ensino médio

() Ensino superior

() Especialização

() Não estudou

() Não sei

5. Há quanto tempo atua na ASTRAS?

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA – LIDERANÇA ASTRAS

1. O que levou você a atuar na ASTRAS?
2. Qual sua percepção sobre atuação do poder público no cuidado com as profissionais do sexo?
3. Quais dificuldades que enfrentou/enfrenta?
4. Houve algum avanço em relação a saúde? Se sim, qual?
5. A Associação em algum momento recebeu algum tipo de financiamento municipal?
6. Qual sua percepção no que diz respeito a violência e preconceito sofrido/enfrentado pelas profissionais do sexo?
7. Você em algum momento sofreu algum preconceito ou se sentiu violentada por defender os direitos das profissionais do sexo?